

28/01/2020

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Mais um fiasco](#)

[De volta ao século 13](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[CAPES](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[AGU recorre; Prouni é adiado](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Chapéu](#)

[Número de professores que pedem demissão da USP dispara](#)

[MP de Contas pede a TCU atenção especial a dinheiro da Lava Jato parado no MEC](#)

[Suspensão, Sisu tem 1,8 milhão de inscritos em 2020](#)

[MEC suspende inscrições do Prouni por tempo indeterminado](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Este 2020 promete](#)

[MEC decide suspender inscrições no ProUni](#)

[Federais adiam lista de aprovados](#)

[Sem trégua](#)

UM NOVO OLHAR NO MERCADO

[Negócios e Direito têm mais cursos](#)

[Empresas pagam cursos, de olho em alavancar negócios](#)

[‘Fazer pós representa esforço e isso faz diferença para o selecionador’](#)

ENEM

O GLOBO - RJ

[Governo recorre ao STJ para tentar liberar Susu](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[O troca-troca no governo Bolsonaro](#)

[Cresce pressão para mudança na Educação](#)

Imprensa Estadual

AGORA SÃO PAULO - SP

[Até quando?](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Prêmio destaca pesquisa científica](#)

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM

[ESPLANADEIRA](#)

HOJE EM DIA - MG

[ESPLANADEIRA](#)

JORNAL PEQUENO - MA

[ESPLANADEIRA](#)

O DIA - RJ

[ESPLANADEIRA](#)

O RIO BRANCO - AC

[ESPLANADEIRA](#)

O SUL - RS

[ESPLANADEIRA](#)

A CRÍTICA - AM

[Itegam supri demanda do PIM com mestrado profissional](#)

[Inscrição do Prouni suspensa](#)

A TARDE - BA

[Universidades aguardam MEC](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Santa escola](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Sisu: divulgação final do resultado segue suspensa](#)

AGENDA DO ENSINO

[Magistério: protestos e pressão](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Feras vivem expectativa e suspense](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[MEC suspende inscrições no Prouni](#)

O DIA - RJ

[Jonas Magalhães: ENEM: quando não é só um "probleminha de impressão"](#)

O LIBERAL - PA

[Este 2020 promete](#)

O POPULAR - GO

[Este 2020 promete](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[De volta ao século 13](#)

[Mais um fiasco](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[De volta ao século 13](#)

FAX AJU

[Ministério da Agricultura do Peru busca na Unit solução para poluição de rios por pesticidas](#)

FOLHA VITÓRIA

[ESPLANADEIRA](#)

O VALE - SP

[ITA](#)

[Após manobra, Anderson Ribeiro Correia assume reitoria do ITA em São José](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Acessibilidade evolui o conceito dos planos de seguro viagem e agrada intercambistas](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo recorre ao STJ para liberar divulgação do Sisu](#)

[Explicações dadas pelo MEC sobre erro no Enem causam insegurança, diz defensor](#)

[MEC suspende inscrições no ProUni](#)

[Universidades suspendem processos seletivos até que dúvidas sobre correção do Enem sejam respondidas](#)

[Vendas de eletroeletrônicos em 2019 decepcionam fabricantes](#)

AGÊNCIA GLOBO

[AGU recorre ao STJ para tentar liberar divulgação do Sisu](#)

[Defensoria Pública representa contra Weintraub por aceitar pedido de correção de nota do Enem em rede social](#)

[Universidades já suspendem calendários temendo atraso na divulgação do Sisu](#)

AGÊNCIA JB

[Governo recorre ao STJ para manter calendário de divulgação do Sisu](#)

[MP de Contas pede a TCU atenção especial a dinheiro da Lava Jato parado no MEC](#)

[Suspensão, Sisu tem 1,8 milhões de inscritos em 2020](#)

CORREIO 24 HORAS

[Após erro no Enem, MEC suspende inscrições no ProUni](#)

[AGU recorre de decisão que suspende divulgação dos resultados do Sisu](#)

CORREIO POPULAR – SP

[MEC suspende inscrições no ProUni](#)

[Universidades suspendem processos seletivos até que dúvidas sejam respondidas](#)

G1

[MEC libera consulta de bolsas do Prouni, mas suspende inscrições até liberação do Sisu](#)

[Universidades do Piauí seguem MEC e mantêm cronograma do Sisu 2020](#)

[AGU recorre ao STJ para tentar liberar divulgação de resultados do Sisu e inscrições do Prouni](#)

[Uepa adia divulgação do listão do Prosel 2020](#)

[Rede estadual de SP vai ter férias mais curtas e dois períodos de recesso no ano letivo de 2020](#)

[Estudo da USP mostra que gravidez na adolescência reduz salário de mulheres em até 30%](#)

[Faculdade é sentenciada pela Justiça Federal por ofertar falsa promessa de diploma no Pará](#)

[Estudantes do ES reclamam de possíveis erros na correção do Enem](#)

[Defensoria questiona Weintraub na Justiça por atender a pedido em rede social sobre erro no Enem](#)

[Mais de 18 mil candidatos se inscrevem em universidades do Tocantins pelo Sisu](#)

O DIA - RJ

[MEC suspende inscrições no ProUni](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Bolsonaro diz que reforma administrativa pode ser enviada junto com a tributária](#)

Agências de notícias e sites

CARIRI NOTÍCIAS

[Defesa do criacionismo provoca polêmica em torno de paraibano que assume a Capes](#)

OCP NEWS

[Udesc Esag abre processo seletivo para mestrado e doutorado em Administração](#)

PBAGORA

[Paraibano nomeado presidente da Capes, defende debate de criacionismo como contraponto à teoria da evolução](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Entenda a decisão da Justiça que barrou a divulgação dos resultados do Sisu](#)

[TRF-3 nega pedido do governo e mantém suspensa a divulgação do resultado do Sisu](#)

[Adaptação escolar, bem-vindo ao início do ano!](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Vouchers de Guedes na educação infantil](#)

G1

[TRF-3 nega pedido do governo e mantém suspensa divulgação do resultado do Sisu](#)

[Ministro da Educação atende a pedido em rede social e determina verificação de resultado de participante do Enem](#)

[AGU ainda não recorreu de decisão que suspendeu divulgação de resultados do Sisu, prevista para esta terça](#)

TNONLINE

[MEC define critérios para habilitar faculdade a ofertar cursos técnicos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Weintraub responde a pedidos de correção de notas e solicita nova análise](#)
[Justiça mantém liminar e divulgação do resultado do Sisu continua suspensa](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Mais um fiasco

Após falha no Enem, MEC escolhe militante do design inteligente para a Capes

Considere-se a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes). Fundamental para a pós-graduação e a formação de professores, o órgão está no centro de uma polêmica porque Weintraub escolheu para dirigi-la um adepto do criacionismo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/mais-um-fiasco.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

De volta ao século 13

Novo presidente da Capes defende criacionismo em contraponto à teoria da evolução

Depois de uma breve escala na Alemanha nazista, o governo Bolsonaro agora nos leva para o século 13. Como o leitor já deve ter adivinhado, falo da nomeação de Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da **Capes**, o órgão responsável pela pós-graduação no país.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2020/01/de-volta-ao-seculo-13.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

CAPES

Reitor da Universidade Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto, é o novo presidente da **Capes**, agência de fomento à pesquisa ligada ao MEC.

estadao.com.br/e/mackcapes

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

AGU recorre; Prouni é adiado

Advocacia vai ao STJ para manter o cronograma de publicação das notas, parado por decisão liminar, previsto inicialmente para hoje. Por isso, MEC suspende inscrições para o Universidade Para Todos, após alertar para prejuízos causados a estudantes e instituições

SISU

A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou, ontem à noite, recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que manteve a suspensão da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), prevista inicialmente para hoje. A ação da AGU é para “garantir a manutenção do calendário” de publicação das notas. Mas enquanto a liminar que parou todo o processo não é derrubada, o Ministério da Educação adiou as inscrições no Programa Universidade para Todos (Prouni), previstas para também começarem hoje.

A suspensão na divulgação começou a prejudicar o calendário letivo das universidades

federais, que podem ter o período de matrículas alterado, assim como o início das aulas. O cronograma atual do Sisu é considerado apertado pelas instituições de ensino, que há anos pedem ao MEC para que as notas do Enem e o sistema de seleção sejam adiantados para que possam ter mais tempo para matricular os estudantes.

O atraso afetou o ProUni e pode alcançar o Financiamento Estudantil (Fies), ambos opções de acesso ao ensino superior privado para os estudantes que não conseguiram uma vaga nas instituições públicas.

Mais cedo, AGU e Ministério da Educação (MEC) tinham definido que a pasta apresentaria dados e notas técnicas complementares à Advocacia, para que pudesse encorpar o recurso ao STJ. O MEC também emitiu nota assegurando que o adiamento da publicação causará “prejuízos incalculáveis às instituições de ensino e aos candidatos”.

“De antemão, o MEC e o Inep reforçam a lisura do Enem e a ausência de qualquer prejuízo aos inscritos (...) Qualquer nova medida não alterará o resultado das notas dos candidatos”, diz a nota do MEC. O ministro Abrahan Weintraub não se pronunciou sobre o recurso.

Consultas mantidas

Mas, à noite, o ministério decidiu suspender as inscrições do Prouni, ante a possibilidade de o recurso da AGU ao STJ ser rejeitado — e a suspensão da divulgação das notas ser mantida. Segundo a nota, “o Tribunal indeferiu a liminar (decisão provisória) apresentada pela União contra a decisão de suspensão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no Prouni e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)”. E acrescentou:

“No entanto, os estudantes poderão consultar informações referentes às 251.139 bolsas relativas ao primeiro processo seletivo do Prouni de 2020 no site do programa (siteprouni.mec.gov.br). Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da justiça”.

Uma decisão provisória da 8ª Vara Cível Federal de São Paulo determinou a suspensão da divulgação dos resultados e pediu que o governo apresentasse provas de que o erro na correção do Enem, identificado por alunos e exposto nas redes sociais, foi completamente resolvido. Na noite do último domingo, a desembargadora Therezinha Cazerta, do TRF-3, negou o pedido da AGU que derrubaria a liminar.

De acordo com o MEC, durante os seis dias que ficou disponível para as inscrições, o Sisu recebeu 3.458.358 registros, feitos por 1.795.211 pessoas. Cada candidato tinha o direito de optar por até dois cursos. O portal anotou 66% dos acessos por celulares ou tablets. O Nordeste foi a região com o maior número de inscrições, seguido do Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. Neste semestre, 237.128 vagas são oferecidas em 128 instituições públicas de ensino superior.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Chapéu

Governadores querem aproveitar a tramitação das propostas de emendas constitucionais que envolvem estados e municípios no Senado para ter mais acesso a impostos hoje

concentrados na União. A queixa ganhou novos contornos com o reajuste, pelo MEC, do piso do magistério em 12,84% –bem acima da inflação, de 4,31%.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/28/governadores-querem-pegar-carona-em-pecs-para-ter-acesso-a-impostos-da-uniao/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Número de professores que pedem demissão da USP dispara Universidade teve 73 pedidos de exoneração e 70 de licença não remunerada em 3 anos; evasão afeta áreas como computação
São Paulo

O número de professores que pedem para sair da mais prestigiada universidade do país deu um salto nos últimos três anos.

De 2017 a 2019, 73 docentes pediram exoneração da USP, e 70 solicitaram afastamento não remunerado, mostram dados obtidos pela Folha após pedido feito com base na Lei de Acesso à Informação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/numero-de-professores-que-pedem-demissao-da-usp-dispara.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MP de Contas pede a TCU atenção especial a dinheiro da Lava Jato parado no MEC
Pasta de Abraham Weintraub foi a única a receber o dinheiro e não dar finalidade
Brasília

O Ministério Público de Contas, que atua perante o TCU (Tribunal de Contas da União), pede à corte que seja realizado um acompanhamento especial sobre a execução dos recursos recuperados da Lava Jato e parados no MEC (Ministério da Educação).

O STF (Supremo Tribunal Federal) validou em setembro passado o acordo sobre a destinação do dinheiro. Em novembro, os recursos já chegaram aos ministérios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/mp-de-contas-pede-a-tcu-atencao-especial-a-dinheiro-da-lava-jato-parado-no-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Suspensão, Sisu tem 1,8 milhão de inscritos em 2020
O período de registros durou seis dias e não foi afetado pela disputa judicial em curso
Brasília

O MEC (Ministério da Educação) divulgou nesta segunda-feira (27) dados de inscrição que mostram que 1,8 milhão de candidatos se inscreveram no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que segue suspensão após decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

(TRF-3).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/suspenso-sisu-tem-18-milhoes-de-inscritos-em-2020.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC suspende inscrições do Prouni por tempo indeterminado

Inscrições eram previstas para esta terça; ministério diz que não pode iniciar processo até liberação do Sisu

Brasília

O Ministério da Educação informou nesta segunda-feira (27) que vai suspender por tempo indeterminado a abertura das inscrições do Prouni, programa que oferta bolsas a estudantes em instituições privadas do ensino superior.

Nesta segunda, a AGU (Advocacia-Geral da União) informou ter protocolado recurso no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para garantir a manutenção do calendário do Sisu.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/mec-suspende-inscricoes-do-prouni-por-tempo-indeterminado.shtml>

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

Este 2020 promete

Coronavírus nem chegou ao Brasil, mas o medo se instalou. Risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países.

O ano de 2020 começou malvado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) demorou, mas admitiu ontem que o coronavírus caracteriza um “alto risco”, não mais só “moderado”. Ou seja: aparentemente afastada a ameaça de uma guerra entre Estados Unidos e Irã, o mundo enfrenta agora o temor de uma epidemia de proporções ainda incertas.

O vírus já atingiu milhares de pessoas e já matou dezenas na China, extrapolou para o resto da Ásia, a Europa e os Estados Unidos e deixa todos os continentes em estado de alerta. O risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países. Obviamente, o Brasil não está fora da mira..

Para o bem e para o mal, a globalização veio para ficar. O espetacular fluxo de pessoas entre continentes e países corresponde a uma grande facilidade de exportação do vírus aos quatro cantos do mundo. A extensão e as projeções ainda são incertas, mas, certamente, não dá para dormir tranquilo.

E o risco de globalização do vírus também impacta diretamente as transações comerciais e financeiras, particularmente de commodities. E é exatamente por isso, e preventivamente, que a Bolsa sacolejou fortemente no Brasil. Vale, Petrobrás, Gerdau, CSN e Suzano chegaram a perder R\$ 33 bilhões em valor de mercado na manhã de ontem. O vírus nem chegou ao Brasil, mas o medo já se instalou.

O Ministério da Saúde criou um Centro de Operações de Emergência, junto com a Anvisa, para tomar as medidas possíveis neste momento. Não é simples, porque as ações se concentram em aeroportos, portos e pontos estratégicos de fronteira, mas vamos pensar juntos. Como não há voos diretos do Brasil para a China, o monitoramento não tem foco, é dos mais variados voos, que vêm da Ásia, dos EUA e de capitais da Europa, como Madri, Lisboa, Roma, Amsterdã. E as fronteiras? O Brasil não consegue nem monitorar tráfico de drogas, armas e cigarros...

As providências cabíveis estão sendo tomadas: alertas em português, inglês e mandarim, comunicados para empresas aéreas, instrução para as tripulações relatarem a presença de passageiros com sintomas. E há planejamento para isolar casos suspeitos e toda uma rede de técnicos se informando sobre como combater a doença já instalada. No mais, é rezar para a disseminação global ser contida.

Além do vírus assassino, o ano começou com mortes e desaparecimentos por causa das chuvas torrenciais em Minas e no Espírito Santo. Dezenas de famílias destroçadas, milhares de famílias desalojadas. Ok, é verdade que o volume de água em Belo Horizonte, por exemplo, foi o maior em 110 anos. Mas alguém é capaz de jurar que era impossível salvar essas vidas, evitar ou minorar a tragédia?

O ano também começou com a inacreditável história de um secretário nacional de Cultura que cultuava o nazismo e, agora, a aflição de milhares de estudantes com o Enem e o Sisu. O tal secretário foi demitido após profunda rejeição da sociedade, mas o ministro da Educação continua numa boa e vai ficando.

Ninguém sabe, ninguém viu ao menos alguma medida, algum anúncio, algum plano do MEC, e todo mundo vê as lives ridículas do ministro, os erros crassos de português, a ideologia contaminando tudo. Só o presidente não vê. Ou não dá bola.

No início do ano, Bolsonaro escapou da berlinda em Davos e fez viagem produtiva à China, mas caprichou nas “pérolas”: livros cheios de muita coisa escrita, índios mais parecidos com seres humanos, o capitão do Exército versus Gandhi, o secretário nazista “exemplar”. E a reação aos brasileiros deportados por Trump com pés e mãos algemados? Em vez de se solidarizar com os pobres coitados, ele apoiou o “Deus” americano. É... 2020 promete.

Coronavírus, sacolejo nas Bolsas, chuvas assassinas e, claro, pérolas do presidente

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC decide suspender inscrições no ProUni

Exame é critério de acesso a programa que dá bolsa em faculdade privada; lista de aprovados em federais segue barrada pela Justiça

O Ministério da Educação informou que vai suspender, por tempo indeterminado, a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que dá bolsas de estudo em instituições particulares. Segundo o MEC, como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspensa pela Justiça, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas federais do ensino superior.

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem que vai suspender, por tempo indeterminado, a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos

(ProUni), que dá bolsas de estudo em instituições privadas. Como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne vagas no ensino superior público, continua suspensa pela Justiça, o MEC disse que não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas federais do ensino superior.

As inscrições para o ProUni, que usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como um dos critérios de acesso, teriam início hoje. A pontuação mínima para tentar a bolsa é de 450 pontos, na média das provas objetivas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas).

Apesar de não abrir as inscrições, o governo afirma que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas, parciais ou integrais, que serão ofertadas. A nota no Enem também é condição de acesso para o Fies, programa de financiamento estudantil, cuja abertura de inscrições é prevista para o dia 5 de fevereiro no calendário oficial.

Anteontem, o Tribunal Regional Federal da 3.^a Região também manteve a decisão que barra a divulgação de resultados do Sisu. A suspensão foi pedida pela Defensoria Pública da União. A Justiça liberou a conclusão da etapa de inscrições – terminou ontem, com quase 1,8 milhão de participantes –, mas travou a liberação da lista de aprovados, prevista para hoje, até o MEC comprovar que a falha não afetou todos os candidatos.

Segundo o MEC, houve problemas em 5.974 provas e os erros já foram resolvidos. O Enem teve cerca de 3,9 milhões de candidatos. Em nota, MEC e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pelo exame, disseram “reforçar a lisura do Enem” e ausência de “prejuízo aos inscritos”.

Ontem a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Estado apurou que Inep e MEC aceleraram ontem a produção de estudos técnicos comprovando medidas adotadas para lidar com a falha. Na cúpula da pasta, há quem avalie que a crise poderia ter sido evitada se, desde o início, tivesse havido maior transparência.

Em nota, a associação de reitores das federais, Andifes, disse que, apesar do prejuízo ao calendário, acredita ser necessária suspensão para que se tenha garantia de que os resultados estão corretos e respeitem “padrões mais elevados de justiça”.

O defensor público federal João Paulo Dorini acredita que as explicações e medidas do MEC são insuficientes para garantir a confiabilidade na prova. Ele é autor da ação que levou à suspensão do Sisu.

“Não temos segurança de como é feita a calibragem das questões (que têm pesos diferentes na composição da nota final, pois são divididas em níveis de complexidade), se houve mudança no peso delas com a correção de algumas provas, se todas as provas teriam de ser corrigidas. São muitas perguntas sem resposta”, afirma Dorini.

Na berlinda. A forma com a qual o ministro da Educação Abraham Weintraub lidou com o problema no Enem reforçou os pedidos para que o presidente Jair Bolsonaro o substitua. Desde dezembro, nomes de confiança do Planalto pedem que o presidente considere a demissão de Weintraub – malvisto pelas polêmicas, consideradas

desnecessárias e prejudiciais ao governo, e pela falta de projetos e dificuldade de implementação de políticas públicas.

Assim como quando demitiu o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, em abril de 2019, Bolsonaro já tem recebido “listinhas” de seus principais grupos de apoiadores com sugestões de nomes. Há listas com indicações do grupo evangélico, dos militares e dos entusiastas do escritor Olavo de Carvalho.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Federais adiam lista de aprovados

Ao menos três universidades federais suspenderam seus processos seletivos até o Ministério da Educação (MEC) comprovar ter resolvido todas as falhas no Enem. Instituições como as Federais de São Paulo (Unifesp), Santa Catarina (UFSC) e Pará (UFPA) têm modelos próprios de ingresso, mas usam o exame para compor a seleção. Nas três, parte das vagas é ofertada pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e outra parte, por vestibular próprio. A Unifesp, por exemplo, que previa divulgar ontem o resultado do vestibular misto para os cursos de Medicina, na capital, além de Engenharia Química e Ciências Biológicas, em Diadema. O informe foi suspenso por tempo indeterminado./I.P.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Sem trégua

Eduardo Bolsonaro retomou a rotina de cutucar eventuais adversários do pai, ao criticar, no Twitter, os governadores de São Paulo e do Rio por, segundo ele, não terem aderido ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, lançado pelo MEC.

“A quem isso serve? Vaidade?”, questionou o Zero 3 em mensagem no fim de semana.

Sem trégua 2

A resposta, do lado paulista, veio à tona ontem, quando o secretário de Educação de Doria, Rossieli Soares, desembarcou de viagem a Londres. “A desinformação não ajuda a melhorar a qualidade da educação”, rebateu em sua postagem o secretário.

Soares lembrou que sua “manifestação de interesse” foi comunicada em outubro – ele queria mais informações do ministério para aderir ao programa. Após anunciar que topava, o MEC, segundo ele, alegou prazo esgotado e deixou as escolas paulistas de fora.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

UM NOVO OLHAR NO MERCADO

Apenas em 2019, Brasil teve 1,18 milhão de matrículas . Cursos de mestrado e doutorado cresceram menos de 20% no mesmo período

Vantagem. Profissional com especialização beneficia a empresa como um todo, para a gerente de recrutamento Maria Eduarda

Com 1,18 milhão de matrículas, cursos de especialização cresceram quase 75% entre 2016 e 2019, enquanto os de mestrado e doutorado tiveram aumento de menos de 20%. Empregabilidade e salários mais altos são alguns dos motivos. Negócios e Direito são as áreas com mais cursos.

Cursos de mestrado e doutorado são importantes mecanismos de impulsionar o mercado. Eles motivam as pesquisas e a inovação Marcelo Saraceni,

presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pós-Graduação

Como muitos profissionais, a advogada Darcylene Gomes viu seu campo de trabalho passar por transformações significativas nos últimos anos. Além das demandas tradicionais do universo jurídico, ela se viu cada vez mais requisitada a atuar na administração de empresas.

No início, contava com a ajuda de colegas que dominavam o tema. Mas, rapidamente, percebeu que o melhor era estar apta: no ano passado, inscreveu-se em uma especialização em Direito Empresarial no Ibmec. “Agora, tenho mais segurança para lidar com questões

As pessoas percebem a necessidade de reciclagem e atualização para se manter no emprego Rodrigo Capelato,

diretor executivo do Semesp

ligadas a operações societárias por exemplo, que representam boa parte da carteira do escritório”, conta a advogada.

A matrícula de Darcylene está computada entre as 1,18 milhão registradas em cursos de especialização no Brasil em 2019. O número equivale a três vezes o montante de matriculados em programas de mestrado e doutorado no mesmo período. Os dados compõem a pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil, realizada pelo Instituto Semesp, entidade que reúne mantenedoras de instituições de ensino superior.

O estudo também apontou um crescimento expressivo da procura por cursos de especialização e MBA no País entre 2016 e 2019: as matrículas para essas modalidades de lato sensu cresceram 74%. Em comparação, os cursos de mestrado e doutorado viram suas turmas crescerem em 18% e 9%, respectivamente. Para experts no assunto, a principal razão para o aumento da procura por cursos de especialização é garantir a empregabilidade em tempos de crise econômica: seja fugindo da demissão, seja conquistando uma vaga.

“Por um lado, as pessoas percebem a necessidade de reciclagem e atualização para se manter no emprego, principalmente naquelas áreas que utilizam mais tecnologia e se desenvolvem com mais rapidez, como a de Saúde”, pondera Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp. “Por outro lado, é comum o desempregado usar a rescisão para cursar uma especialização e melhorar as chances de recolocação profissional.”

Salário maior.

Além de aumentar a chance de trabalho, quem tem um curso de especialização também ganha considera

velmente mais do que aqueles que possuem apenas o diploma da graduação.

O levantamento do Semesp mostrou que o rendimento médio mensal de quem cursa o lato sensu está em R\$ 4,6 mil. O valor é 150% maior do que a média de rendimento de quem está na graduação, em torno de R\$ 1,8 mil, e apenas 16,4% menor em relação a quem concluiu o mestrado, de aproximadamente R\$ 5,5 mil. “Se observarmos o funil de escolaridade no Brasil, quem chega ao lato sensu já faz parte de uma minoria bem considerável no mercado de trabalho. Tem poder de barganha e negociação maior”, completa Capelato.

Isso ocorre porque as organizações enxergam nesses profissionais um potencial além do tema em que eles se especializaram. “Há uma percepção no meio corporativo de que um colaborador com formação lato sensu auxilia não apenas a área para a qual se atualiza, mas também beneficia o negócio como um todo”, afirma Maria Eduarda Silveira, gerente de recrutamento do escritório de recrutamento e seleção Robert Half. “As especializações fazem com que os profissionais possam tanto ter uma visão focada e técnica, como ampla, de negócios”, explica.

Flexibilidade.

O crescimento do lato a uma velocidade bem maior do que o acréscimo de matriculados no stricto também segue a lógica da empregabilidade: o cardápio de cursos e as grades curriculares das especializações são mais flexíveis e voltados às necessidades mais urgentes do mercado de trabalho.

Um perfil que ficou mais acentuado com a permissão para que instituições que não sejam de Educação também possam ofertar a modalidade. “Atualmente, com a liberação do governo para que instituições relacionadas ao mercado ofereçam cursos, a agilidade do aprendizado tornou-se muito maior. Por vezes, essas instituições têm mais mecanismos para oferecer uma capacitação mais rápida do que uma grande universidade”, explica Marcelo Saraceni, presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pós-Graduação (ABIPG).

Esses fatores foram determinantes para que a advogada Darcylene escolhesse uma especialização, em vez do mestrado. “Achei uma opção mais prática, uma forma mais ágil de adquirir conhecimento. Além disso, me sobra tempo para estudar outras coisas, como um idioma. Um curso de mestrado ou doutorado exige uma dedicação que não me permitiria essa flexibilidade.”

Nesse ponto, no entanto, também é necessário pontuar as diferenças entre os objetivos de cada tipo de curso. Os lato sensu já são concebidos com vistas a um resultado mais rápido e direto de mercado. Já os programas de stricto sensu têm vistas à pesquisa científica, cujos resultados orientam a atuação do mercado, mas em um prazo mais estendido.

Por isso, a estagnação na procura pelos stricto sensu, exposta na pesquisa do Semesp, é ruim não apenas para o meio acadêmico, como também para a economia do País. “Cursos de mestrado e doutorado são importantes mecanismos de impulsionar o mercado. Eles motivam as pesquisas e a inovação”, diz Saraceni.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL
Negócios e Direito têm mais cursos

Especializações nessas áreas e em Ciências Sociais correspondem a um terço do total

No ranking de cursos de especialização oferecidas no País, a pesquisa do Semesp mostra que a liderança está com os relacionados a Ciências Sociais, Negócios e Direito. Eles somam mais de 23 mil e correspondem a 32% do total. Em seguida, figuram os de Educação, respondendo por 29% da oferta com 21 mil cursos. Saúde e Bem-Estar Social aparecem em terceira colocação, com 26% da oferta e 19 mil cursos.

O posicionamento das carreiras no ranking é resultado da própria demanda corporativa – vinda de empresas que financiam parcial ou totalmente a formação de colaboradores – e do aumento na quantidade de trabalhadores autônomos. “Percebemos um significativo número de profissionais mirando a possibilidade de novas perspectivas de carreira, o que colaborou para o aquecimento de cursos que não tinham previsão de abertura de turmas”, afirma Natacha Bertoia, coordenadora de cursos de Educação Continuada na Universidade Mackenzie, com 12 opções de lato sensu na área de Negócios.

“Algumas opções que não estavam com alta procura têm demonstrado aumento, como Gestão Financeira de Negócios, voltado para profissionais da área financeira e Gestão de Projetos, voltado à visão gerencial, para quem cuida de qualquer tipo de projeto”, explica Natacha.

Já na FMU, que oferece 37 cursos de lato sensu na área de Direito, o público não se restringe ao perfil clássico do egresso do bacharelado em Direito. Em contraste com o conceito de aprofundamento que o termo especialização sugere, a institui

Opções que não estavam com alta procura têm demonstrado aumento, como as voltadas para área financeira e projetos Natacha Bertoia, coordenadora de cursos de Educação Continuada na Universidade Mackenzie

Temos demanda para Gestão de Pessoas, por conta de novas questões trabalhistas, sustentabilidade e qualidade de vida Jesuíno Argentino Jr,

diretor da pós-graduação lato sensu na Unip

ção tem recebido alunos com formações bem diversas. “A maioria dos alunos ainda é composta de bacharéis em Direito, mas temos muitos contadores e administradores, que atuam em empresas públicas e privadas, além de membros do Ministério Público e consultores”, afirma Indira Pietoso, integrante da coordenação de pós-graduação de Direito.

Tendências.

Nesse mercado aquecido, as instituições comemoram a expansão de seus cursos lato Sensu ao mesmo tempo em que se movimentam para identificar novas demandas. Na Unip, todos os anos são ofertados cerca de 40 cursos da modalidade. A continuidade ou não do título depende dos resultados, o que inclui a procura e a confluência com os interesses do mercado.

A área de Tecnologia ficou entre os campos mais trabalhados em 2018 e 2019.

“Notamos que o mercado busca pessoas para inteligência artificial, segurança de dados,

big data, nuvem, redes e infra-estrutura”, diz Jesuíno Argentino Jr, diretor da Pós-Graduação Lato Sensu.

Cursos clássicos também foram repaginados para responderem ao contexto atual, como o de Gestão de Pessoas. “Foi uma das áreas em que mais tivemos demanda, até por conta das novas questões trabalhistas, como a terceirização. Há também uma maior atenção com a sustentabilidade e a qualidade de vida.”

Adequar cursos consagrados também está na ordem do dia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Os nossos cursos tradicionais deverão continuar com alta demanda, embora atualizados com disciplinas sobre competências interpessoais, como soft skills e transformação digital”, comenta Paulo Lemos, diretor de Educação Executiva.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Empresas pagam cursos, de olho em alavancar negócios

Financiamento de capacitação não é mais apenas para funcionário que se destacou

Durante muito tempo, a formação acadêmica era responsabilidade exclusiva do profissional. Eram raras as empresas que financiavam capacitações e, quando isso ocorria, a atitude era pontual e tida como recompensa para funcionários reconhecidos como destaque do ano. Hoje isso mudou. Investir na capacitação de funcionários se tornou uma estratégia sistematizada do departamento de Recursos Humanos, incluída no planejamento corporativo como forma de alavancar negócios.

Na rede Sesc, por exemplo, de acordo com a área de atuação e o cargo há um incentivo para o funcionário buscar aperfeiçoamento. “No meu caso, vai além do pagamento de atividades e inclui a flexibilização dos horários de trabalho”, conta Leandro Alberto Correia, supervisor de atendimento da unidade Santana.

Financiados pela empresa, Correia e um colega de trabalho cursam pós-graduação em Comunicação e Marketing Digital na Belas Artes. Juntos, têm se valido de conhecimentos e habilidades para propor novos produtos e soluções. “Pensamos em implementar um

banco de dados, que inclua desejos e hábitos dos frequentadores. Isso nos ajudaria a definir uma oferta de programações mais direcionada e serviria não só para nossa unidades, mas para as outras”, explica Correia.

Investir na formação de seus funcionários é uma decisão empresarial que requer não só a previsão orçamentária, mas a adesão das áreas e dos gestores. Se alguém da equipe está se especializando, precisa ter espaço para testar e compartilhar o que aprende e compreensão da chefia se tiver de priorizar o curso.

Especialista em tecnologias de esterilização de equipamentos na área de Saúde, Roberto Góes tem como uma das premissas do cargo viajar pelo Brasil para atender clientes da empresa H. Strattnner. Nos últimos tempos, no entanto, ele pode se recusar a fazer esses deslocamentos. Góes cursa o MBA Executivo em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), financiado pela empresa. “Posso ter só duas faltas por disciplina e estava em uma situação limite de ausências. Não poderia me ausentar.” A solução foi enviar o gestor de Góes para suprir sua ausência nas viagens. Longe de gerar uma situação incômoda, o empenho de Góes motivou seu gestor a se matricular no

MBA. “Agora somos colegas de curso”, conta Goês.

Demanda.

Quando a empresa não tem um programa estruturado de bolsas de estudo, o interesse dos funcionários pode estimular sua criação. Na WS Audiology, que atua na comercialização de aparelhos auditivos, o investimento em formação começou após a iniciativa da gerente jurídica Bruna Santos. “Não existia essa cultura na empresa. Mas, com a minha solicitação, foi criada uma estrutura de avaliação e aprovação de financiamentos”, conta a aluna da especialização em Direito Societário no Insper.

Hoje, a empresa financia cursos de pós-graduação para 12 funcionários. “O compartilhamento de experiências é o principal benefício para a organização. Vemos na prática assuntos relacionados ao dia a dia do trabalho, o que melhora muito nosso rendimento”, diz Bruna.

Além do aumento de produtividade, um profissional que recebeu o investimento da empresa apresenta maior satisfação e tende a contagiar os colegas. O clima organizacional é favorecido, o que facilita a retenção de talentos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

‘Fazer pós representa esforço e isso faz diferença para o selecionador’

Para muitos alunos prestes a concluir a graduação, o alívio com a entrega do trabalho de conclusão de curso dura pouco tempo. Mal terminam de comemorar o recebimento do diploma, surgem a ansiedade e a pressão para definir a próxima etapa de estudos: a escolha de uma pós-graduação.

Uma vantagem em relação ao que ocorria nos tempos pré-vestibular é que o aluno já tem uma intenção profissional melhor definida – não há mais a angústia de ter de escolher em que carreira ingressar. A questão principal agora é avançar na direção escolhida.

De todo modo, não se trata de uma decisão simples: é melhor cursar uma pós logo depois da graduação ou depois de um período no mercado de trabalho? O que é mais interessante: uma especialização ou um MBA? E quanto ao formato: é melhor buscar um curso presencial ou um modelo a distância?

Na entrevista a seguir o professor Marcelo Boschi, doutor em Administração e coordenador do MBA em Marketing Estratégico da ESPM Rio, aponta uma das principais recompensas para quem decide embarcar em uma pós: tornar-se mais valioso para o mercado de trabalho. “Fazer uma pós-graduação representa esforço, capacidade de permanecer atualizado, e isso faz uma grande diferença para o selecionador”, afirma.

Qual é o momento ideal para a escolha de um MBA ou uma especialização? Logo depois da graduação ou quando já se está inserido no mercado de trabalho?

Considero que a ideia de um curso de especialização deva ser amadurecida durante a graduação, com as primeiras experiências profissionais. Após a formatura, um número grande de candidatos nos procura em busca de orientação. É importante destacar que esse momento é distinto dos primeiros MBAs do fim dos anos 1980, procurado por

profissionais que buscavam reciclagem.

Muita gente entende MBA e especialização como sinônimos, até pelo fato de muitas instituições aplicarem o termo MBA para boa parte de seus cursos. Entretanto, não são. MBA seria para um profissional mais experiente, até por conta de estar relacionado à gestão, enquanto a especialização pode ser feita logo depois da graduação?

O MBA exige ao menos alguns anos de carreira, porque as questões expostas no curso dependem de uma certa vivência corporativa, mas vale ressaltar que o foco desses cursos são negócios e administração, por isso se destina ao gestor. Existem alguns cursos que chamamos de Master que focam em temas específicos e podem ser adequados para quem quer se especializar, se atualizar ou ampliar o leque de oportunidades na carreira.

Em que áreas a especialização – no sentido literal, de se entender mais profundamente um tema – é mais necessária?

Com as transformações digitais, todas as áreas estão precisando se especializar em temas relacionados a questões como big data, inteligência artificial, internet das coisas, mídias sociais, marketing digital, para poder entender um mínimo de que desafios todas as empresas estão tendo de enfrentar. Algumas mais diretamente que outras, mas todos nós vivemos nesse ambiente atualmente.

O mais indicado é fazer uma pós que seja um aprofundamento da graduação ou investir em um assunto novo? Por exemplo, os MBAs ligados à Administração são procurados por pessoas com as mais distintas formações.

Esse cruzamento é fundamental, buscar preencher os gaps de qualquer curso de graduação. Especializações em Administração são fundamentais, pois os profissionais formados em áreas distintas, reconhecem rapidamente que necessitam de conhecimento de gestão.

Pesquisa recente do Semesp mostra que profissionais com especialização ganham em média 150% a mais do que quem faz graduação. A que você credita essa diferença?

O mercado reconhece a maior capacitação desses profissionais. É a imagem do funil, milhares formando-se em cursos de graduação e centenas em cursos de especialização. Fazer uma pós-graduação representa esforço, capacidade de permanecer atualizado, e isso faz uma grande diferença para o selecionador.

O networking, terceira referência mais citada para a procura de um MBA, é um ponto fraco dos cursos exclusivamente EAD, mas que tem sido minimizado com atividades integradoras presenciais

Tem crescido a oferta de pós na modalidade EAD. O formato é adequado? Um dos benefícios citados de uma pós é exatamente o networking, que poderia ser prejudicado sem o contato presencial.

O crescimento de EAD reflete uma precificação inferior aos cursos presenciais, e a

facilidade de cursar em qualquer lugar. A modalidade a distância continuará crescendo, e é uma tendência irreversível. O networking, terceira referência mais citada para a procura de um MBA, é ainda um ponto fraco dos cursos exclusivamente EAD, mas que tem sido minimizado com atividades integradoras presenciais.

Poderia listar itens importantes no momento de escolher uma especialização ou um MBA, de estrutura da instituição à escolha do tema?

Existe uma quantidade significativa de decisões na escolha de uma pós-graduação, desde preço até possibilidade de cursar disciplinas no exterior. Existe uma busca natural pelo nome da instituição, pois cria maior reconhecimento do mercado, mas citaria a grade curricular, o tempo de realização do curso, os professores e a estrutura da instituição.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL ENEM

O Inep, órgão responsável pelo Enem, admitiu ter encontrado erros nas notas por causa de falhas da gráfica que imprimiu as provas. estadao.com.br/e/enemfalha

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Governo recorre ao STJ para tentar liberar Susu

Justiça impede divulgação dos resultados, o que seria feito hoje, até que MEC comprove correção de todas as notas do Enem; calendário do Prouni também foi suspenso até que recurso seja apreciado, e especialistas apontam perda de credibilidade do Inep

A Advocacia-Geral da União (AGU) acionou o STJ ontem à noite para tentar derrubar decisão que impede divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) até que o MEC comprove correção das notas do Enem. Anúncio estava previsto para hoje. Calendário do Prouni também foi suspenso.

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) na noite de ontem para tentar derrubar decisão que suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O anúncio seria feito hoje. O presidente da Corte, João Otávio de Noronha, deve ser o responsável por julgar o recurso. No entanto, não há previsão de quando ele fará isso.

O Inep recebeu 172 mil emails relatando erros nas notas do Enem. Na semana passada, o presidente do órgão, Alexandre Lopes, admitiu que foram corrigidos os resultados de 5.974 estudantes. Eles representam 0,15% dos 3,9 milhões de inscritos que fizeram as provas em 3 e 10 de novembro. Duas falhas já admitidas pela gráfica Valid fizeram com que essas provas fossem associadas a gabaritos trocados.

A pedido da Defensoria Pública da União, a Justiça exige que o resultado do Sisu só seja liberado após o Ministério da Educação comprovar que todas as notas estão corretas.

—Não durmo bem, não me sinto bem, nem sinto segurança no governo. Só queria uma resposta e saber se minha nota foi conferida, se realmente está certa. Porque eu não acredito que esteja — conta uma estudante de 19 anos, moradora de Montes Claros (MG), que não quis se identificar. Ela conta que chegou a entrar na Justiça para a

revisão da nota, mas também não conseguiu.

O governo já acumula duas derrotas judiciais no assunto. Na última sexta-feira, o juiz Hong Kou Hen decidiu pelo impedimento da divulgação do resultado —com multa de R\$ 10 milhões por dia em caso de descumprimento. Anteontem, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), a desembargadora Therezinha Cazerta, negou pedido da AGU para derrubar a decisão.

CALENDÁRIO PREJUDICADO

O ministério anunciou que o prazo para a inscrição no Programa Universidade para Todos (Pro uni), que usa anotado Enem para conceder bolsas de estudos em universidades privadas, está suspenso. O programa também abriria hoje. Segundo a pasta, todo calendário será reformulado após a Justiça tomara sua decisão.

Isso pode fazer, segundo o diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Sólon Caldas, que os estudantes admitidos pelo Pro uni e também pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) cheguem à universidade apenas no segundo semestre:

— Se isso acontecer, os estudantes são admitidos no semestre seguinte, já que o calendário letivo das universidades privadas já estará em curso. Mas acho que o MEC tem interesse em resolver isso o quanto antes.

No caso das universidades federais, a preocupação é de que o atraso no cronograma acabe gerando um número maior de vagas ociosas nas instituições. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de

Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles afirma que a indefinição sobre o Sisu atrasará a rodagem das listas de aprovados das universidades e, conseqüentemente, pode levar ao não preenchimento de todas as vagas. Salles alerta para que os estudantes fiquem atentos aos posicionamentos divulgados pelas universidades —algumas, como a Unifesp, a UFRN, a UFPA e USC já tomaram medidas nesse sentido.

— O calendário do Sisu é muito apertado. Um atraso pode provocar um efeito indesejável em relação ao início das nossas atividades, atrasando a matrícula, e fazer com que não haja preenchimento completo de vagas —avalia Salles.

Ele argumenta ainda que a insegurança em relação ao sistema pode acabar gerando inclusive uma debandada das federais que aderiram ao método de seleção (nesta edição, 128 instituições públicas de ensino superior oferecerem 237.128 vagas na plataforma):

— A judicialização pode comprometer a credibilidade do sistema. Isso significa que as instituições que optaram pelo Sisu podem voltar atrás, retomar os métodos antigos de escolha, o que quebraria o processo de seleção nacional.

O MEC divulgou ontem o número final de inscrições no

Sisu: foram 3,5 milhões realizadas por 1,8 milhão de candidatos. Medicina puxou a lista do número de inscrições, com 274.190. Os dois que seguem são Administração

(190.454) e Direito (175.413). Os mais concorridos, ou seja, com maior número de inscritos por vaga ofertada, foram Ciências Biomédicas (145 inscrições/ vaga), Educação Física (106) e Têxtil e Moda (94).

AUDITORIA EXTERNA

João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política da ONG Todos Pela Educação, afirmou que, apesar da falha da gráfica, o Inep também tem responsabilidade nas notas erradas. Segundo ele, o órgão também possui um mecanismo de verificação:

—E lenã foi acionado ou foi feito de maneira equivocada.

O especialista acredita que a solução para o problema passa pelo MEC dar mais transparência ao processo e abrir seus dados para uma auditoria externa, formada por pesquisadores e membros do Judiciário.

— A credibilidade do Inep foi afetada com esse episódio. E isso é um fato muito grave — explica o representante do Todos Pela Educação. — Essa mesma gráfica, mais ou menos no mesmo período do Enem, também produziu as provas do Saeb (Sistema de Avaliação de Educação Básica), que gera o Ideb. Se até a divulgação dos resultados do Saeb, no final deste semestre, essa nuvem de incerteza não tiver sido superada, esse problema de credibilidade também afetara avaliação, o que seria desastroso.

“As instituições que optaram pelo Sisu podem voltar atrás nos _ próximos anos”

João Carlos Salles, presidente da Andifes e reitor da UFBA “A credibilidade do Inep foi afetada com esse episódio. E isso é um _ fato muito grave”

João Marcelo Borges, da ONG Todos Pela Educação

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

O troca-troca no governo Bolsonaro

Cresce pressão pela substituição de Gustavo Canuto

O presidente Jair Bolsonaro foi aconselhado a aproveitar a nomeação da atriz Regina Duarte para a Secretaria de Cultura para deflagrar mudanças no primeiro escalão que são cogitadas há meses.

Weintraub está nas cordas há meses, mas a gravidade da crise implicando o processo de Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - ações de maior visibilidade da pasta - podem recair sobre ele com a força de um nocaute.

A Justiça Federal suspendeu a divulgação dos resultados do Sisu depois que o MEC reconheceu erro na correção do Enem.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/coluna/o-troca-troca-no-governo-bolsonaro.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Cresce pressão para mudança na Educação

Para líderes no Congresso, Bolsonaro deve preservar Abraham Weintraub e punir o presidente do Inep

Líderes do Congresso Nacional devem ampliar a pressão para que o presidente Jair Bolsonaro faça mudanças no Ministério da Educação, depois da decisão da Justiça de suspender o processo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o que pode adiar a divulgação dos resultados.

Ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para garantir a manutenção do calendário de divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/01/28/cresce-pressao-para-mudanca-na-educacao.ghtml>

topo ↕

AGORA SÃO PAULO - SP - EDITORIAL

Até quando?

O que sobra em arrogância a Abraham Weintraub nas redes sociais lhe falta em competência à frente do Ministério da Educação. Sob sua gestão, o MEC tem sido uma fonte inesgotável de más notícias para o ensino e a pesquisa no Brasil.

A última apareceu na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Fundamental para a pós-graduação e a formação de professores, o órgão está no centro de uma polêmica porque Weintraub escolheu para comandá-la um adepto do criacionismo.

No criacionismo, entende-se que o mundo foi criado por Deus a partir do nada. Há de se respeitar quem acredita nessa teoria, mas apenas no âmbito religioso. Na educação pública, o que vale é a ciência --no caso, a consagrada teoria da evolução das espécies, do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882).

A mera possibilidade de que o presidente da **Capes**, Benedito Aguiar, use recursos da instituição para estimular estudos de inspiração religiosa, incompatíveis com a ciência contemporânea, já seria motivo para não o indicar ao cargo.

Se há riscos para o futuro na **Capes**, Weintraub já produziu prejuízos concretos a milhões de estudantes com a confusão do último Enem. Erros em milhares de notas puseram a prova sob suspeita. E, de forma irresponsável, o ministro não interrompeu a seleção para as universidades federais. A situação mantém em suspense legiões de jovens num momento decisivo de suas vidas.

Weintraub troca as mãos pelos pés em quase tudo que toca. Entre outras lambanças, elevou o piso nacional no ensino básico sem levar em conta se estados e municípios vão conseguir pagar.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Prêmio destaca pesquisa científica

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC), e a multinacional brasileira de cosméticos Na-tura lançaram o 32 Prêmio **Capes/Natura** Campus de Excelência em Pesquisa. O prazo de

inscrições se encerra dia 28/2, e o edital está em pcn.capes.gov.br.

Os artigos submetidos devem tratar de assuntos relacionados a "Ciências moleculares e bioinformática com aplicações em tecnologias cosméticas" e "Amazônia: a ciência de dados contribuindo para conservação socioambiental e uso sustentável dos recursos naturais". Os vencedores serão anunciados em junho de 2020.

topo ↕

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM - ESPLANADA ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - ESPLANADA ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

JORNAL PEQUENO - MA - ESPLANADA ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

O DIA - RJ - ESPLANADA ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

O RIO BRANCO - AC - ESPLANADA ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

O SUL - RS - ESPLANADA ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Itegam supri demanda do PIM com mestrado profissional

Pós-graduação de Engenharia, Gestão de Processos, Sistema e Ambiental é o novo curso do Instituto Galileo

O Instituto de Tecnologia Galileo da Amazônia (Itegam) está com um curso de mestrado profissional próprio pela primeira vez em 11 anos de existência. O programa de pós-graduação de Engenharia, Gestão de Processos, Sistema e Ambiental tem duração de dois anos e abrange três linhas de pesquisa. Em três turmas já há 60 alunos matriculados que tiveram uma aula magna, na última sexta-feira, na sede do instituto, na avenida Joaquim Nabuco, no Centro de Manaus. O prazo para a submissão de pré-projeto e o processo seletivo para este curso interdisciplinar será até o fim deste mês.

A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico estão no cerne do Itegam contribuindo com a qualificação de mão especializada para as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Em mais de uma década de atuação, entre cursos livres, especializações e mestrados, já saíram do instituto cerca de 580 mestres, formados em cursos oriundos de parcerias do instituto com universidades federais, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

O curso de Engenharia, Gestão de Processos, Sistema e Ambiental enfatiza as novas tecnologias na área de otimização de processos industriais, eficiência energética e qualidade de energia, e energia e meio ambiente, com o objetivo de capacitar profissionais das indústrias da região Norte que não podem se dedicar a um curso regular de pós-graduação "stricto sensu" (mestrado). Enquanto as duas primeiras linhas de pesquisa são mais voltadas para quem tem formação na área de exatas, a de meio ambiente abrange os formados em qualquer graduação.

Pró-reitor do Itegam, o professor doutor Henrique Reis ressaltou que o instituto é o primeiro da região a oferecer um curso de mestrado profissional. "Trabalhamos para contribuir com a diminuição de déficit de mão de obra especializada na região. Estamos com um curso stricto sensu próprio, mas futuramente pleiteamos um curso de doutorado e outros de mestrado. Ter uma formação local é um legado que queremos deixar para a sociedade amazonense", disse Reis, destacando que o corpo docente do programa tem 16 professores permanentes e três professores colaboradores, todos com doutorado. O Instituto de Tecnologia Galileo da Amazônia (Itegam) conta com quinze laboratórios para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e uma biblioteca com um acervo de aproximadamente 1 mil títulos impressos e digitais, bem como revistas especializadas, dissertações, teses e obras raras à disposição dos alunos.

"Os projetos desenvolvidos em um curso de mestrado profissional acabam trazendo soluções para os problemas de engenharia e de gestão encontrado dentro das empresas. É uma demanda do Polo Industrial de Manaus que estamos suprindo", disse a administradora Tereza Rodrigues Cabral, que atuou como diretora-presidente do Itegam por nove anos.

Um dos mestrando s do programa de pós-graduação, o desenvolvedor de software, Italo Rodrigues Soares, disse que o que o motivou a ingressar no mestrado profissional foi a possibilidade de desenvolver uma pesquisa que seja produtiva não apenas do ponto de vista científico como também profissional.

Padrões são iguais ao acadêmico

A oferta do mestrado profissional surgiu em decorrência de uma demanda por uma formação profissional diferente da adotada pelo mestrado acadêmico. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que regula os cursos de pró-graduação no Brasil, enfatiza que por ser um mestrado profissional não significa que sejam adotados padrões mais simples ou menos rigorosos para a aprovação deles.

Estes cursos buscam atender a uma necessidade de formação de especialistas que desenvolvam projetos de pesquisa mais conectados ao mercado do trabalho e à indústria. A titulação oferecida por um mestrado profissional tem a mesma validade de um mestrado acadêmico.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Inscrição do Prouni suspensa

A decisão foi tomada após o TRF da 3ª Região suspender a divulgação do resultado das inscrições no Sisu

ESTADO DE S.PAULO Inicialmente programadas para terem início hoje, as inscrições para o Programa Universidade para Todos (Prouni) foram suspensas pelo Ministério da Educação ontem. O ministério ainda não estipulou nova data.

A decisão foi tomada após o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região suspender a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Segundo o MEC, o cronograma do do Sisu e o do Prouni, ambos programas de acesso à educação superior, só serão divulgados após uma decisão final da justiça.

O Sisu oferta vagas em instituições públicas de ensino superior. Já o Prouni oferta bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior. Mas ambos utilizam notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Como foi comprovada a falha na correção de algumas provas do Enem, a justiça atendeu o pedido da Defensoria Pública da União (DPU) de suspender a divulgação dos resultados do Si-su. A ideia é não comprometer a transparência e a lisura do procedimento que dá acesso às vagas, seja de um programa, seja de outro.

Segundo a DPU, em seu pedido, a revisão das notas pode provocar alteração nos resultados finais de todos os candidatos. E essa alteração, ainda que de décimos, pode ser a diferença entre conseguir ou não a vaga pretendida.

O MEC, no entanto, vai disponibilizar aos estudantes a consulta de bolsas do Prouni, uma vez que se trata apenas de uma informação. Com isso, a consulta das mais de 251 mil bolsas relativas ao processo seletivo 1/2020 já está aberta.

O Sisu registrou 66% dos acessos por celulares ou tablets durante os seis dias em que esteve aberto para inscrição de participantes por meio da nota do Enem.

topo ↕

A TARDE - BA - SALVADOR

Universidades aguardam MEC

A suspensão da divulgação do resultado do Sisu, por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) vai impactar a definição da lista de aprovados das universidades públicas. O TRF 3 manteve, no domingo, a decisão da Justiça Federal de São Paulo, que impediu que os resultados fossem divulgados ontem, como previsto. O

tribunal deu prazo de cinco dias para o cumprimento da decisão, sob multa diária de R\$ 10 mil.

A Universidade Federal da Bahia (Ufba), que aderiu 100% ao Sisu, aguarda as definições do Ministério da Educação (MEC). "Nós só temos condições de anunciar os aprovados na Ufba depois que o MEC anunciar os aprovados de todas as outras universidades. Dependemos de um posicionamento do Ministério de Educação. Estamos preocupados e lamentamos a situação", frisou Penildon Silva, responsável pela Pró-reitoria de graduação da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

No primeiro semestre deste ano, serão ofertadas 4.492 vagas para os candidatos e, no segundo semestre, 1.550. Atualmente, a Ufba conta com 37 mil estudantes de graduação e 7 mil em mestrado e doutorado. A orientação é que os estudantes fiquem atentos às informações do Sisu e ao site da Ufba.

A assessoria de comunicação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), informou, por telefone, que estava aguardando um posicionamento do MEC e que deveria se pronunciar hoje.

A decisão do TRF-3 foi motivada por pedido da Defensoria Pública da União (DPU). Na petição, o órgão cobra que o MEC comprove com documentos a realização da revisão dos testes prejudicados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, reivindica a explicação sobre os parâmetros utilizados nesse procedimento. O MEC reconheceu que houve erros no Enem.

COLABOROU TAINÁ CRISTINA

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - SATELITE

Santa escola

Autorizada pelo MEC no último dia 17, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia abrirá em breve a Faculdade de Saúde da entidade. Primeiro, será oferecida pós-graduação em áreas como Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição. O passo seguinte será o lançamento de cursos de graduação.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Sisu: divulgação final do resultado segue suspensa

Advocacia-Geral da União aguarda novos dados para recorrer da decisão da Justiça. E MEC contabiliza 3,4 milhões de inscrições

Após reunião com técnicos do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que aguarda o recebimento de novos dados e notas técnicas, antes de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) da decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que suspendeu a divulgação do resultado final das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), prevista para hoje.

Na noite de domingo (26/1), a desembargadora Therezinha Cazerta, do TRF3, decidiu manter em vigor uma liminar concedida pela Justiça Federal de São Paulo, que impede a divulgação dos resultados na data prevista. A magistrada manteve a suspensão da divulgação, sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento "seguro e transparente" sobre a correção do Enem.

BALANÇO. Segundo o MEC, foram, ao todo, 3.458.358 inscrições, feitas por

1.795.211 candidatos. Cada participante pôde optar por até dois cursos. O Ministério revelou que o novo portal do Sisu, lançado em 2020 e pensado para dispositivos móveis, registrou 66% dos acessos por celulares ou tablets e, nos seis dias de inscrições, ficou disponível 91,6% do tempo. A região do país com o maior número de inscrições foi a Nordeste: 1.375.758; e o curso de Medicina despontou na lista de mais inscrições, com 274.190. Neste semestre, a oferta é de 237.128 vagas, em 128 instituições públicas de Ensino Superior no país.

Ao confirmar o recurso ao tribunal, a AGU afirmou, em nota, que qualquer nova medida "não alterará o resultado das notas dos candidatos, e o eventual adiamento ou suspensão de prazos do Sisu causará prejuízos incalculáveis às instituições de ensino e aos candidatos".

PROUNI. Além do resultado do Sisu, foi suspensa a abertura das inscrições do Programa Universidade para Todos (ProUni), prevista para hoje. Mas o siteprouni.mec.gov.br divulgará o edital com detalhes sobre as 251.139 bolsas da P seleção do ProUni de 2020.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

AGENDA DO ENSINO

■ Unipampa: A Universidade Federal do Pampa realiza amanhã, em Bagé, a cerimônia oficial de transmissão de cargo de reitor. Roberlaine Ribeiro Jorge assume a Reitoria da Instituição, para a gestão no período 2019-2023. A ocasião marcará também a posse do vice-reitor, Marcus Vinicius Morini Querol. Ambos compuseram a chapa vencedora da consulta realizada à comunidade acadêmica em 28/8/2019, e foram indicados, pelo Conselho Universitário, como primeiros colocados na lista tríplice enviada ao Ministério da Educação (MEC). A nomeação foi oficializada em 18/12; e a posse no MEC, em 19/12.

■ Ulbra: O professor Thomas Heimann foi eleito reitor da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), para o mandato 2020/2023, em assembleia da mantenedora Aelbra. Natural de Porto Alegre, o novo reitor atua como professor na Ulbra, em diferentes cursos na área da Psicologia, Comportamento Humano e Aconselhamento Pastoral. O vice-reitor, indicado por Thomas, é Adriano Chiarani da Silva, que foi reitor do Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/Ulbra), entre 2014 e 2019; e do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO (ILES/Ulbra), no período de 2008 a 2014. Também compõe a Reitoria, a diretora Acadêmica Marinice Vaisz.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Magistério: protestos e pressão

Professores públicos estaduais realizaram ontem um protesto na frente do Tribunal de Justiça do RS (TJ/RS), na av. Borges de Medeiros, em Porto Alegre. A intenção dos docentes e dos funcionários de escola foi cobrar dos magistrados gaúchos respeito ao direito de greve, e agilidade no julgamento do recurso do Cpers contra o corte do ponto de grevistas.

No ato, a presidente do Sindicato, Helenir Schürer, lembrou os 50 meses de salários atrasados e parcelados; e os seis anos sem reajuste salarial. "Estamos aqui para dizer que queremos justiça. Temos compromisso com os alunos, por isso estamos recuperando as aulas, sem receber nossos salários." Segundo a dirigente, além do salário do magistério

gaúcho ser o 22º pior do país, não há perspectiva de reajuste ou de pagamento em dia. O Cpers pede ao TJ/RS que analise o recurso que ingressou contra o corte de ponto da categoria, na greve de quase dois meses.

Após a manifestação no TJ/RS, cerca de mil educadores caminharam até a Assembleia Legislativa (AL), instalando acampamento na Praça da Matriz, para acompanhar a semana de votação de projetos que tratam da carreira do magistério. O primeiro projeto a ser analisado na AL é de amplo interesse do magistério. A PEC 285 altera a Constituição Estadual, extinguindo adicionais por tempo de serviço, incorporação de gratificações e acaba com o abono de falta para participação em atividade sindical. Mas outros projetos também atingem os educadores: o PLC 02/2020, que altera o, Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores; e o PL 03/2020, que institui o novo plano de carreira do magistério.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

Feras vivem expectativa e suspense

Suspensão da divulgação das notas do Sisu pode alterar calendário das universidades e institutos. Ontem, MEC adiou início das inscrições para o Prouni

Estudantes pernambucanos estão apreensivos sobre seu futuro acadêmico, em meio à suspensão pela Justiça da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que estava prevista no calendário oficial para hoje. A decisão judicial, tomada em função dos erros na correção de provas do Enem 2019, pode afetar o calendário letivo das universidades e dos institutos de ensino superior, que correm risco de ter o período de matrículas e o início das aulas alterado.

Ontem, a novela do ensino superior teve novo capítulo. Inicialmente programadas para começarem hoje, as inscrições do Programa Universidade para Todos (Prouni) - que oferta bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior e também usa a nota do Enem - foram suspensas pelo Ministério da Educação, que ainda não estipulou nova data. As consultas às bolsas do Prouni foram liberadas.

No estado, as seis instituições federais que estão no Sisu informaram que aguardam uma decisão do MEC para emitir pronunciamento sobre o assunto e sobre o calendário acadêmico deste semestre letivo. Mas pelo menos três universidades federais - de São Paulo (Unifesp), de Santa Catarina (UFSC) e do Pará (UFPA) - do país decidiram suspender seus processos seletivos até que o MEC comprove ter superado todas as falhas na correção.

Aluno do Colégio Dom, Gabriel Marques, 17 anos, vive momentos de expectativa e incerteza. “Tem sido muito estressante. A gente fica pensando em mil possibilidades do que pode acontecer”, afirmou.

Ele busca uma vaga na licenciatura em história da UFPE. Maria Carolina Oliveira, 17, também se preocupa com a falta de respostas sobre a divulgação do resultado do Sisu. “Ficamos nervosos porque foi um ano inteiro de dedicação. Até agora, não há um pronunciamento oficial do MEC sobre o que vai acontecer”, disse. A aluna colocou como primeira opção no Sisu o curso de engenharia elétrica da UFRPE. “É uma falta de respeito com os candidatos”, completou o estudante do Sesi de Paulista Rhuann Pontes, 17 anos, que colocou o curso de direito da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) como primeira opção no Sisu.

Após o Tribunal Regional Federal da 3ª Região rejeitar, no domingo, um recurso do governo federal e manter a suspensão da divulgação dos resultados do sistema, a Advocacia-Geral da União determinou ontem que o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais apresentem dados e notas técnicas complementares que comprovem terem sido superadas todas as falhas na correção do Enem.

Com esses documentos, a AGU recorreu ao Superior Tribunal de Justiça para reverter a decisão que impede a divulgação do resultado do Sisu. Na decisão de domingo, a presidente do TRF-3, desembargadora Therezinha Astolphi Cazerta, considerou que não foram apresentados “elementos seguros de que candidatos não teriam sido impactados” pelos erros no cálculo da nota do Enem.

No dia 20 deste mês, três dias depois da divulgação dos resultados do Enem, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. Contudo não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento.

Nos seis dias do sistema, foram contabilizadas cerca de 3,5 milhões de inscrições e 1,8 milhão de inscritos. Cada candidato podia se cadastrar em dois cursos. O período de registros aconteceu entre os dias 21 e 26 deste mês.

Os cursos mais concorridos, ou seja, com maior número de inscrições por vaga ofertada foram ciências biomédicas, com 145 inscrições por vaga), educação física (106 inscrições/vaga) e têxtil e moda (94).

Números

3,5 milhões

de inscrições, 66% feitas por dispositivos móveis

1,4 milhão

de inscrições no Nordeste

237.128

vagas ofertadas em

128 instituições públicas

14.931

vagas em Pernambuco

274.190

inscrições medicina, o curso mais procurado

190.454

para administração

175.413

para direito

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

MEC suspende inscrições no Prouni

A decisão ocorre após o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negar o pedido da AGU para manter a divulgação dos resultados do Sisu

Ministério da Educação (MEC) informou na noite desta segunda-feira (27) que, em consequência de decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), estão suspensas também as inscrições de candidaturas às 251 mil bolsas no Programa Universidade para Todos (Prouni) 2020 previstas para iniciarem na terça-feira (28/01/2020).

Na noite de domingo (26), a presidente do tribunal, desembargadora Therezinha Cazerta, negou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para derrubar a decisão da Justiça de São Paulo que suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), assim que as inscrições fossem encerradas – às 23h59 de domingo (26/01/2020).

Sem o resultados do Sisu, não há como manter o funcionamento normal do Prouni, justificou o MEC. Isso porque o resultado do Sisu é uma das condições necessárias para serem feitas as inscrições no Prouni e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Apesar da suspensão, o ministério informou que os estudantes ainda poderão consultar informações referentes às 251.139 bolsas relativas ao primeiro processo seletivo do Prouni no site do programa. Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior, por sua vez, serão publicados após decisão final da Justiça. A AGU estuda recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

topo ↕

O DIA - RJ - OPINIÃO

Jonas Magalhães: ENEM: quando não é só um "probleminha de impressão"

Os erros na contabilização das notas encontrados e denunciados pelos estudantes que realizaram o ENEM, foram prontamente justificados pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, que procurou minimizá-los justificando tratar-se de um "problema na impressão da gráfica"

O Exame Nacional do Ensino Médio alcançou a incrível marca de 6 milhões de inscritos em 2019, maior número de inscritos desde 2010. Esse número demonstra que há cada vez mais entre os jovens brasileiros o desejo e, em tempos de competição cada vez mais acirrada no mercado de trabalho, a necessidade de dar continuidade aos estudos e ingressar em uma universidade pública. Uma avaliação em larga escala como esta exige

planejamento, controle e monitoração em todas as suas fases para que, mesmo os erros que eventualmente surjam, possam ser corrigidos em tempo razoável para minimizar os prejuízos para os inscritos que realizam as provas.

Os erros na contabilização das notas encontrados e denunciados pelos estudantes que realizaram o ENEM, foram prontamente justificados pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, que procurou minimizá-los justificando tratar-se de um “problema na impressão da gráfica”. Dito desse modo, parece tratar-se de algo trivial, comum e sem muita importância, tal como uma pequena uma confecção pequena que entrega parte das camisas faltando um único botão. Ora, pela escala, importância e natureza do ENEM, espera-se que haja um forte controle de qualidade capaz de identificar erros na impressão de provas antes que elas chegassem às mãos dos candidatos. Era o que previa o edital de contratação da gráfica que, sem experiência em trabalhos dessa monta, teve falhas operacionais em duas etapas de verificação de erros que poderiam ter evitados os transtornos aos afetados e mais do que isso, a desconfiança da opinião pública em relação à competência gerencial do Ministro da Educação.

A propósito, não é demais lembrar que a capacidade de Abraham Weintraub para gerenciar a pasta da educação vem sendo questionada não é de hoje. O relatório da Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação apontou problemas de gestão “insuficiente do MEC”. Mesmo em ações anunciadas como prioritárias pelo governo, como a Política Nacional de Alfabetização, não há ainda um plano claro de implementação. Além disso, faltam políticas de formação docente, a execução orçamentária é baixa em áreas como a Educação de Jovens e Adultos, há pouca articulação com as secretarias estaduais e municipais e sobram ocupantes de cargos de confiança sem experiência na área de educação.

Num quadro como este de paralisação, não é impressionante que o Ministro continue, bem ao modo Bolsonaro de governar, mantendo uma postura arrogante, bélica e nada republicana para quem ocupa um cargo de tal importância. Depois de irresponsavelmente dizer que as universidades são locais onde se promovem balbúrdias, plantação de maconha e doutrinação ideológica, o Ministro resolveu, acuado pelas críticas após o episódio do ENEM, atacar acadêmicos reconhecidos publicamente como Leandro Karnal e Marco Antonio Villa, este último chamado de “boca de esgoto”. O ministro, que já trocou Kafka por Kafta e cometeu erros grosseiros de ortografia, deveria estar mais preocupado em corrigir suas não pequenas falhas e dar respostas efetivas para as demandas educacionais deste país do que ocupar-se com ataques vis e infantis à imprensa, à intelectualidade, aos estudantes e aos professores brasileiros.

*Jonas Magalhães é professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro e pedagogo da Universidade Federal Fluminense

topo ↕

O LIBERAL - PA - ELIANE CANTANHEDE

Este 2020 promete

Coronavírus nem chegou ao Brasil, mas o medo se instalou. Risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países.

O ano de 2020 começou malvado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) demorou, mas admitiu ontem que o coronavírus caracteriza um “alto risco”, não mais só “moderado”. Ou seja: aparentemente afastada a ameaça de uma guerra entre Estados Unidos e Irã, o mundo enfrenta agora o temor de uma epidemia de proporções ainda

incertas.

O vírus já atingiu milhares de pessoas e já matou dezenas na China, extrapolou para o resto da Ásia, a Europa e os Estados Unidos e deixa todos os continentes em estado de alerta. O risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países. Obviamente, o Brasil não está fora da mira..

Para o bem e para o mal, a globalização veio para ficar. O espetacular fluxo de pessoas entre continentes e países corresponde a uma grande facilidade de exportação do vírus aos quatro cantos do mundo. A extensão e as projeções ainda são incertas, mas, certamente, não dá para dormir tranquilo.

E o risco de globalização do vírus também impacta diretamente as transações comerciais e financeiras, particularmente de commodities. E é exatamente por isso, e preventivamente, que a Bolsa sacolejou fortemente no Brasil. Vale, Petrobrás, Gerdau, CSN e Suzano chegaram a perder R\$ 33 bilhões em valor de mercado na manhã de ontem. O vírus nem chegou ao Brasil, mas o medo já se instalou.

O Ministério da Saúde criou um Centro de Operações de Emergência, junto com a Anvisa, para tomar as medidas possíveis neste momento. Não é simples, porque as ações se concentram em aeroportos, portos e pontos estratégicos de fronteira, mas vamos pensar juntos. Como não há voos diretos do Brasil para a China, o monitoramento não tem foco, é dos mais variados voos, que vêm da Ásia, dos EUA e de capitais da Europa, como Madri, Lisboa, Roma, Amsterdã. E as fronteiras? O Brasil não consegue nem monitorar tráfico de drogas, armas e cigarros...

As providências cabíveis estão sendo tomadas: alertas em português, inglês e mandarim, comunicados para empresas aéreas, instrução para as tripulações relatarem a presença de passageiros com sintomas. E há planejamento para isolar casos suspeitos e toda uma rede de técnicos se informando sobre como combater a doença já instalada. No mais, é rezar para a disseminação global ser contida.

Além do vírus assassino, o ano começou com mortes e desaparecimentos por causa das chuvas torrenciais em Minas e no Espírito Santo. Dezenas de famílias destroçadas, milhares de famílias desalojadas. Ok, é verdade que o volume de água em Belo Horizonte, por exemplo, foi o maior em 110 anos. Mas alguém é capaz de jurar que era impossível salvar essas vidas, evitar ou minorar a tragédia?

O ano também começou com a inacreditável história de um secretário nacional de Cultura que cultuava o nazismo e, agora, a aflição de milhares de estudantes com o Enem e o Sisu. O tal secretário foi demitido após profunda rejeição da sociedade, mas o ministro da Educação continua numa boa e vai ficando.

Ninguém sabe, ninguém viu ao menos alguma medida, algum anúncio, algum plano do MEC, e todo mundo vê as lives ridículas do ministro, os erros crassos de português, a ideologia contaminando tudo. Só o presidente não vê. Ou não dá bola.

No início do ano, Bolsonaro escapou da berlinda em Davos e fez viagem produtiva à China, mas caprichou nas “pérolas”: livros cheios de muita coisa escrita, índios mais parecidos com seres humanos, o capitão do Exército versus Gandhi, o secretário nazista

“exemplar”. E a reação aos brasileiros deportados por Trump com pés e mãos algemados? Em vez de se solidarizar com os pobres coitados, ele apoiou o “Deus” americano. É... 2020 promete.

Coronavírus, sacolejo nas Bolsas, chuvas assassinas e, claro, pérolas do presidente

topo ↕

O POPULAR - GO - OPINIÃO

Este 2020 promete

Coronavírus nem chegou ao Brasil, mas o medo se instalou. Risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países.

O ano de 2020 começou malvado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) demorou, mas admitiu ontem que o coronavírus caracteriza um “alto risco”, não mais só “moderado”. Ou seja: aparentemente afastada a ameaça de uma guerra entre Estados Unidos e Irã, o mundo enfrenta agora o temor de uma epidemia de proporções ainda incertas.

O vírus já atingiu milhares de pessoas e já matou dezenas na China, extrapolou para o resto da Ásia, a Europa e os Estados Unidos e deixa todos os continentes em estado de alerta. O risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países. Obviamente, o Brasil não está fora da mira..

Para o bem e para o mal, a globalização veio para ficar. O espetacular fluxo de pessoas entre continentes e países corresponde a uma grande facilidade de exportação do vírus aos quatro cantos do mundo. A extensão e as projeções ainda são incertas, mas, certamente, não dá para dormir tranquilo.

E o risco de globalização do vírus também impacta diretamente as transações comerciais e financeiras, particularmente de commodities. E é exatamente por isso, e preventivamente, que a Bolsa sacolejou fortemente no Brasil. Vale, Petrobrás, Gerdau, CSN e Suzano chegaram a perder R\$ 33 bilhões em valor de mercado na manhã de ontem. O vírus nem chegou ao Brasil, mas o medo já se instalou.

O Ministério da Saúde criou um Centro de Operações de Emergência, junto com a Anvisa, para tomar as medidas possíveis neste momento. Não é simples, porque as ações se concentram em aeroportos, portos e pontos estratégicos de fronteira, mas vamos pensar juntos. Como não há voos diretos do Brasil para a China, o monitoramento não tem foco, é dos mais variados voos, que vêm da Ásia, dos EUA e de capitais da Europa, como Madri, Lisboa, Roma, Amsterdã. E as fronteiras? O Brasil não consegue nem monitorar tráfico de drogas, armas e cigarros...

As providências cabíveis estão sendo tomadas: alertas em português, inglês e mandarim, comunicados para empresas aéreas, instrução para as tripulações relatarem a presença de passageiros com sintomas. E há planejamento para isolar casos suspeitos e toda uma rede de técnicos se informando sobre como combater a doença já instalada. No mais, é rezar para a disseminação global ser contida.

Além do vírus assassino, o ano começou com mortes e desaparecimentos por causa das chuvas torrenciais em Minas e no Espírito Santo. Dezenas de famílias destroçadas, milhares de famílias desalojadas. Ok, é verdade que o volume de água em Belo

Horizonte, por exemplo, foi o maior em 110 anos. Mas alguém é capaz de jurar que era impossível salvar essas vidas, evitar ou minorar a tragédia?

O ano também começou com a inacreditável história de um secretário nacional de Cultura que cultuava o nazismo e, agora, a aflição de milhares de estudantes com o Enem e o Sisu. O tal secretário foi demitido após profunda rejeição da sociedade, mas o ministro da Educação continua numa boa e vai ficando.

Ninguém sabe, ninguém viu ao menos alguma medida, algum anúncio, algum plano do MEC, e todo mundo vê as lives ridículas do ministro, os erros crassos de português, a ideologia contaminando tudo. Só o presidente não vê. Ou não dá bola.

No início do ano, Bolsonaro escapou da berlinda em Davos e fez viagem produtiva à China, mas caprichou nas “pérolas”: livros cheios de muita coisa escrita, índios mais parecidos com seres humanos, o capitão do Exército versus Gandhi, o secretário nazista “exemplar”. E a reação aos brasileiros deportados por Trump com pés e mãos algemados? Em vez de se solidarizar com os pobres coitados, ele apoiou o “Deus” americano. É... 2020 promete.

Coronavírus, sacolejo nas Bolsas, chuvas assassinas e, claro, pérolas do presidente

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

De volta ao século 13

Novo presidente da Capes defende criacionismo em contraponto à teoria da evolução

Depois de uma breve escala na Alemanha nazista, o governo Bolsonaro agora nos leva para o século 13. Como o leitor já deve ter adivinhado, falo da nomeação de Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da **Capes**, o órgão responsável pela pós-graduação no país.

Aguiar Neto é evangélico. Até aí, nenhum problema. Existem excelentes cientistas religiosos. Um bom exemplo é o do geneticista Francis Collins, cristão devoto que dirigiu o Projeto Genoma Humano e agora comanda o NIH, a agência dos EUA responsável pela pesquisa biomédica. Collins, apesar de já ter escrito um livro religioso, não permite que suas convicções pessoais interfiram em seu trabalho científico.

Benedito Guimarães Aguiar Neto, novo presidente da **Capes** - Reinaldo Canato - 5.jun.19/Folhapress

Aguiar Neto, que é engenheiro eletricista, não segue o exemplo de Collins. Ele defende que o design inteligente (DI) seja ensinado nas escolas “como contraponto à teoria da evolução”. Os proponentes do DI, vale recordar, tentam refutar o darwinismo afirmando que a vida é complexa demais para ter surgido por acaso. Como “prova”, apresentam modelos matemáticos alimentados com parâmetros escolhidos por eles mesmos e dizem que certas estruturas como o olho ou o flagelo bacteriano são “irredutivelmente complexas”, isto é, teriam uma organização tão intrincada que só poderiam ser obra de um projetista inteligente. O DI fracassa na maioria dos critérios de demarcação do método científico. Não é difícil ver aqui a volta dos velhos criacionistas, mas brandindo a calculadora em vez da Bíblia.

Ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Aguiar Neto criou ali um núcleo de

DI. Faz tanto sentido quanto fundar um departamento de alquimia ou a cátedra de astrologia, mas o Mackenzie é uma instituição privada e confessional. Se quer passar ridículo perante a comunidade científica, é problema seu. Já a perspectiva de o poder público impingir à garotada criacionismo travestido de ciência esbarra em graves questões éticas e constitucionais.

Hélio Schwartsman

Jornalista, foi editor de Opinião. É autor de "Pensando Bem...".

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Mais um fiasco

Após falha no Enem, MEC escolhe militante do design inteligente para a Capes

O que sobra em empáfia a Abraham Weintraub, nas redes sociais, lhe falta em competência à frente do Ministério da Educação. Sob sua administração, o MEC tem sido fonte inesgotável de más notícias para o ensino e a pesquisa no Brasil.

Considere-se a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Fundamental para a pós-graduação e a formação de professores, o órgão está no centro de uma polêmica porque Weintraub escolheu para dirigi-la um adepto do criacionismo.

Ressalve-se que o currículo acadêmico de Benedito Aguiar, ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, parece adequado para a função. Numa instituição confessional como a que dirigiu, seria aceitável o ensino da doutrina religiosa segundo a qual todas as espécies são obra de Deus, não tanto da seleção natural neodarwiniana.

Aguiar, entretanto, subscreve a corrente do design inteligente, ou criacionismo "científico", coisa que não é. Nessa forma de pensar, estruturas complexas dos organismos, como os olhos, teriam de ser projeto de uma inteligência superior, e não fruto do acaso (como é seu hábito caricaturar a teoria de Charles Darwin aperfeiçoada com o advento da genética).

A mera possibilidade de que o presidente da **Capes** carregue recursos da instituição para fomentar estudos de inspiração religiosa e incompatíveis com a ciência contemporânea já seria motivo para não o indicar ao cargo.

O mau passo na **Capes** comporta riscos para o futuro, mas no presente a gestão de Weintraub já produziu prejuízo concreto para milhões de estudantes com o naufrágio logístico do último Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Erros em milhares de notas puseram sob suspeição a prova. Weintraub, com seu arrojo irresponsável, não interrompeu a seleção para universidades federais que as toma por base. Contaminado pela judicialização, o processo mantém em suspense legiões de jovens num momento decisivo de suas vidas.

O MEC age como se tudo estivesse sob controle, e não está. Deixa sem resposta candidatos que questionam o resultado de suas avaliações ao mesmo tempo em que o ministro intercede pela filha de um apoiador de Bolsonaro que lhe dirigiu um apelo por rede social.

Weintraub troca as mãos pelos pés em quase tudo que toca. Na contramão da internacionalização da pesquisa, limitou viagens nas universidades federais. Deixou parado R\$ 1 bilhão a que o MEC faria jus do dinheiro retomado pela Lava Jato. Elevou o piso nacional no ensino básico sem levar em conta a periclitante situação orçamentária de estados e municípios.

Até aqui, Jair Bolsonaro só produziu fiascos no MEC. Até quando?

editoriais@grupofolha.com.br

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

De volta ao século 13

Depois de uma breve escala na Alemanha nazista, o governo Bolsonaro agora nos leva para o século 13. Como o leitor já deve ter adivinhado, falo da nomeação de Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da **Capex**, o órgão responsável pela pós-graduação no país.

Aguiar Neto é evangélico. Até aí, nenhum problema. Existem excelentes cientistas religiosos. Um bom exemplo é o do geneticista Francis Collins, cristão devoto que dirigiu o Projeto Genoma Humano e agora comanda o NIH, a agência dos EUA responsável pela pesquisa biomédica. Collins, apesar de já ter escrito um livro religioso, não permite que suas convicções pessoais interfiram em seu trabalho científico. Benedito Guimarães Aguiar Neto, novo presidente da **Capex** - Reinaldo Canato - 5.jun.19/Folhapress

Aguiar Neto, que é engenheiro eletricista, não segue o exemplo de Collins. Ele defende que o design inteligente (DI) seja ensinado nas escolas “como contraponto à teoria da evolução”. Os proponentes do DI, vale recordar, tentam refutar o darwinismo afirmando que a vida é complexa demais para ter surgido por acaso. Como “prova”, apresentam modelos matemáticos alimentados com parâmetros escolhidos por eles mesmos e dizem que certas estruturas como o olho ou o flagelo bacteriano são “irredutivelmente complexas”, isto é, teriam uma organização tão intrincada que só poderiam ser obra de um projetista inteligente. O DI fracassa na maioria dos critérios de demarcação do método científico. Não é difícil ver aqui a volta dos velhos criacionistas, mas brandindo a calculadora em vez da Bíblia.

Ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Aguiar Neto criou ali um núcleo de DI. Faz tanto sentido quanto fundar um departamento de alquimia ou a cátedra de astrologia, mas o Mackenzie é uma instituição privada e confessional. Se quer passar ridículo perante a comunidade científica, é problema seu. Já a perspectiva de o poder público impingir à garotada criacionismo travestido de ciência esbarra em graves questões éticas e constitucionais.

topo ↕

FAX AJU - NOTÍCIAS RÁPIDAS

Ministério da Agricultura do Peru busca na Unit solução para poluição de rios por pesticidas

Engenheiro biotecnológico estuda tecnologia desenvolvida por pesquisadores do Instituto de Tecnologia e Pesquisa para despoluir mananciais

Com uma cultura de pesquisa ainda em desenvolvimento, o Ministério da Agricultura do Peru, lançou um edital para investir em pesquisadores daquele país com o objetivo de buscar soluções para as consequências do uso de pesticidas.

O pesquisador peruano, Midwar Roly Ancco Mamani, explica que entre os pontos avaliados pelo órgão de fomento estavam a estrutura da universidade, a qualidade do laboratório, do grupo de pesquisa e os currículos dos supervisores. “A Unit atendia a todos os requisitos. O laboratório de Eletroquímica e Nanotecnologia da Universidade é referência também fora do Brasil”, disse.

Mamani atua na academia e na indústria. É engenheiro biotecnológico, está concluindo mestrado em engenharia ambiental, trabalha na área de pesquisa na Universidad Católica de Santa María e em consultoria para uma empresa do setor agrícola, em Arequipa, segunda maior cidade do Peru, que preserva forte influência da vida no campo. Junto aos cientistas da Unit vai trabalhar por três meses com o pesticida Glifosato, um dos mais vendidos do mundo e muito utilizado em culturas como cacau, café e arroz no Peru. “A ideia é conseguir remover esse pesticida que está em águas subterrâneas, em rios e lagos. Com os eletrodos desenvolvidos no Brasil será possível degradar e tratar a água”, revelou.

Os Ânodos Dimensionalmente Estáveis são eletrodos utilizados para tratamento de efluentes contaminados. A invenção de novas formas de preparo destes eletrodos para remover poluentes da água por meio de aplicação de corrente elétrica é dos Doutores, docentes e pesquisadores Giancarlo Richard Salazar Banda e Katlin Ivon Barrios Eguiluz, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Processos (PEP), da Universidade Tiradentes e do Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP. “Há pelo menos cinco anos, Midwar vem demonstrado interesse em vir para Unit em busca dessa tecnologia”, falou Katlin Barrios.

“Tão importante quanto a vinda de Midwar e o projeto que ele vai desenvolver, é a criação de um ambiente de colaboração com base tecnológica entre a Universidade Tiradentes, Universidade Católica Santa Maria e a empresa de consultoria, no Peru. Isso vai propiciar que, no futuro, outros pesquisadores possam vir e levar a tecnologia para ser difundida e aplicada em outros lugares”, completou Giancarlo Banda.

O PEP é referência no país com conceito 5, atribuído pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão que regulamenta a pós-graduação brasileira. “O pesquisador Midwar Mamani poderia estar em qualquer parte do mundo. Optou por uma instituição baseada na qualidade do docente e que tem um trabalho reconhecido internacionalmente, com professores gabaritados, inclusive os dois docentes são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPQ”, endossou a pesquisadora Eliane Bezerra Cavalcanti, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Processos.

A coordenadora revela ainda que a IES investe na internacionalização e chama atenção sobre o incentivo aos alunos na participação desse processo. “A mobilidade acadêmica internacional na Universidade Tiradentes é uma realidade. Por meio de acordos bilaterais de cooperação temos recebidos discentes estrangeiros assim como enviado nossos alunos para instituições nacionais e internacionais”, garantiu Eliane.

Foto assessoria

Por Amália Roeder

topo ↕

FOLHA VITÓRIA - TEMPO REAL ESPLANADEIRA

#O Programa de Cooperação Brasil-France, resultado de uma parceria entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a França, irá viabilizar a estudantes brasileiros de engenharia 1,5 mil bolsas em universidades francesas até 2022.

topo ↕

O VALE - SP - TEMPO REAL ITA

Com presença do ministro da Educação, Abraham Weintraub, **Anderson Ribeiro Correia** tomou posse na manhã dessa segunda-feira como novo reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), de São José dos Campos.

Manobra

OVALE mostrou no ano passado, em uma série de reportagens, que Correia foi beneficiado por uma manobra para voltar ao comando do instituto - ele já havia sido reitor do ITA entre 2016 e janeiro de 2019.

Vacância

Portaria de 2015 do Comando da Aeronáutica determinava que um ex-reitor esperasse três anos para concorrer novamente ao cargo. Em 22 de outubro, com a seleção em andamento desde julho, a Aeronáutica baixou nova portaria retirando a exigência do período de vacância.

Beneficiado

Correia, que desde que deixou o ITA, em 2019, atuava como presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, foi o único dos seis candidatos à reitoria do instituto que acabou beneficiado pela mudança. Na lista tríplice, a disputa havia ficado entre Correia e dois profissionais ligados ao governo estadual paulista.

topo ↕

O VALE - SP - TEMPO REAL

Após manobra, Anderson Ribeiro Correia assume reitoria do ITA em São José Anderson Ribeiro assume novamente a reitoria do Instituto

Com presença do ministro da Educação, Abraham Weintraub, **Anderson Ribeiro Correia** tomou posse na manhã dessa segunda-feira (27) como novo reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), de São José dos Campos.

OVALE mostrou no ano passado, em uma série de reportagens, que Correia foi beneficiado por uma manobra para voltar ao comando do instituto - ele já havia sido reitor do ITA entre 2016 e janeiro de 2019.

VACÂNCIA.

Uma portaria de 2015 do Comando da Aeronáutica determinava que um ex-reitor esperasse três anos para concorrer novamente ao cargo. Em 22 de outubro, com a seleção em andamento desde julho, a Aeronáutica baixou nova portaria retirando a exigência do período de vacância.

Correia, que desde que deixou o ITA, em 2019, atuava como presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, foi o único dos seis candidatos à reitoria do instituto que acabou beneficiado pela mudança. Na lista tríplice, a disputa havia ficado entre Correia e dois profissionais ligados ao governo estadual paulista.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Acessibilidade evolui o conceito dos planos de seguro viagem e agrada intercambistas

Empresas de seguro viagem oferecem contato direto por WhatsApp, e interações pelas redes sociais, facilitando a contratação e utilização do seguro.

Realizar o intercâmbio, protegido por um bom seguro viagem, além de proporcionar ao jovem momentos únicos e memoráveis, garantirá tranquilidade para um programa

Na hora de planejar a viagem, principalmente em intercâmbios, as pessoas tendem a buscar informações sobre os valores de passagens, moradia, bagagem e prioritariamente onde estudar. Com todas essas preocupações e despesas envolvidas, muitas vezes, elas acabam esquecendo ou ignorando a importância de se viajar com um seguro viagem.

Com tal seguro, custos e burocracias, por exemplo, de um acidente pessoal ou emergência médica fora do país, deixam de ser uma preocupação aos viajantes. Com uma apólice contratada, eles podem focar 100% do seu tempo em estudos e lazer. Quem já teve algum tipo de imprevisto, sem o serviço, sabe o quanto é complicado resolver questões de saúde, bagagem e voos, por exemplo. Sem contar que muitas vezes os viajantes não possuem o valor necessário para cobrir estas despesas, gerando uma dívida com o governo de outro país.

Mesmo com a variação cambial, a procura dos brasileiros pelos intercâmbios só cresceu. De acordo com Maura Leão, presidente da Belta (Associação das Agências de Intercâmbio) “Ter uma experiência internacional não se limita mais aos que tem uma faixa de renda alta. Com planejamento é possível qualquer pessoa fazer um intercâmbio. Isso justifica, mesmo com a alta do dólar, a continuidade de emissões de intercambistas para países que tem a moeda”, explica.

Dados da Belta mostram que o aumento no faturamento em 2019, em relação ao ano anterior, foi de 12%. No ano de 2018 foi movimentado US\$ 1,2 bilhão. Naquele ano, 365 mil estudantes embarcaram para fazer curso de idiomas, cursos de idiomas combinado com trabalho, graduações, entre outras modalidades de intercâmbio. Podendo chegar a 460 mil intercambistas em 2019. Essa previsão será confirmada no próximo balanço em abril de 2020.

Esse aumento de estudantes brasileiros no exterior gerou a necessidade de empresas se especializarem no atendimento e suporte aos viajantes. Uma empresa que está

investindo nessa ideia é a Next Seguro Viagem que oferece um serviço de atendimento moderno, capaz de atender todas as emergências e a demanda de estudantes brasileiros em destinos internacionais, com uma comunicação ágil feita de maneira gratuita por meio do aplicativo WhatsApp, em português, de qualquer localidade. No entanto, caso o viajante prefira os canais convencionais, os telefones internacionais continuam igualmente disponíveis.

Ricardo Mendonça, diretor geral da agência, explica que para estudar em outro país, o estudante deve pesquisar e priorizar além dos seus objetivos, sua segurança e bem estar. Programas como o CAPES e CNPQ, possuem critérios específicos para endossar os documentos de intercâmbio cultural, mestrados e doutorados no exterior e exigem planos completos e suficientes para emergência e acidentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, o estudante precisa acatar ao visto J-1, determinado pelo governo americano, que estabelece uma cobertura mínima de 25 mil dólares em caso de traslado de corpo. O plano de seguro viagem para estudantes, desenvolvido pela agência, suporta até 50 mil dólares. "Nossos planos não deixam os estudantes em situações complicadas, pois isso pode atrapalhar ou acabar com o real objetivo da viagem. Para isso, temos coberturas que atendem e superam as exigências mínimas dos vistos. Como empresa especializada em seguros, temos como meta atender o público final de forma transparente e oferecer o melhor serviço para sua necessidade." enfatiza o diretor.

Para Ricardo, "realizar o intercâmbio, protegido por um bom seguro viagem, além de proporcionar ao jovem momentos únicos e memoráveis, garantirá tranquilidade para um programa pleno - conhecer e vivenciar novas culturas, amadurecer, mudar a maneira de ver o mundo, fazer novas amizades e ainda melhorar seu currículo profissional. Se engana quem pensa que o intercâmbio é um luxo ou perda de tempo. Na verdade é um dos melhores investimentos que o estudante pode fazer para sua vida e carreira".

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo recorre ao STJ para liberar divulgação do Sisu

Advocacia-Geral da União pede que seja suspensa decisão da Justiça Federal de São Paulo que suspendeu a continuidade do Sisu até que MEC comprove segurança nas notas do Enem

SÃO PAULO - A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) na noite desta segunda-feira, 27, para garantir a manutenção do calendário do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ou seja, para que possa divulgar a lista dos selecionados. O governo de Jair Bolsonaro pede a suspensão da decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que suspendeu o processo até que seja comprovada a resolução da falha na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Ministério da Educação (MEC) tem argumentado que a não divulgação dos resultados do Sisu traz "graves prejuízos à política pública de ensino superior". Na noite desta segunda-feira, o ministério suspendeu também o início das inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni) por causa da suspensão no Sisu.

No domingo, 23, a presidente do TRF-3, desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou o pedido da AGU para derrubar a decisão que suspendeu a divulgação do Sisu. Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um

posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

O caso

Na segunda-feira, 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. O ministro Abraham Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história".

Apesar de ter informado que encontrou erro em 5,9 mil provas, o MEC recebeu mais de 175 mil pedidos de correção da nota, mas não respondeu aos candidatos se fez uma reavaliação ou uma justificativa que comprovasse que a correção estava segura.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Explicações dadas pelo MEC sobre erro no Enem causam insegurança, diz defensor

Dorini é um dos autores da ação que fez a Justiça mandar o MEC explicar como revisou as notas da prova. Ele estuda entrar com novo questionamento.

SÃO PAULO - O defensor público federal João Paulo Dorini diz que as explicações dadas pelo Ministério da Educação (MEC) sobre a falha na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o procedimento adotado para resolver a situação são insuficientes para garantir a confiabilidade na prova. O Estado apurou que o alto escalão da pasta já avalia que errou ao não ter sido mais transparente e prestado mais informações sobre o problema logo que foi detectado.

"Não temos segurança de como é feita a calibragem das questões (que têm pesos diferentes na composição da nota final, já que são divididas em níveis de complexidade), se houve mudança no peso delas com a correção de algumas provas, se todas as provas teriam que ser corrigidas. São muitas perguntas sem resposta. Por isso, cobramos uma explicação melhor", disse Dorini, um dos autores da ação que levou a Justiça Federal de São Paulo suspender a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) até que o ministério comprove "documentalmente" que há segurança para todos os candidatos na revisão que foi feita.

"A falta de transparência causa ainda mais insegurança. Se os procedimentos de correção e recorreção foram corretos, é só deixar tudo claro e público para a população", disse Dorini.

O MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

A Advocacia Geral da União (AGU) informou nesta segunda-feira, 27, que cobrou do

MEC nota ou estudo técnico que comprove que a falha foi superada. Com essa informação, a AGU diz que vai apresentar um pedido de suspensão no Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Ao invés de recorrer da decisão, eles poderiam simplesmente apresentar esses estudos para a Defensoria e para a população. É isso o que pedimos e que a Justiça entendeu como correto, que expliquem e garantam aos candidatos que as notas estão corretas", disse o defensor.

O Estado apurou que Inep e MEC aceleraram nesta segunda a produção de estudos técnicos comprovando os procedimentos que adotaram para lidar com a falha. Na alta cúpula da pasta, há quem avalie que a crise poderia ter sido evitada se desde o início houvesse sido adotada uma postura de maior transparência.

O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. O ministro Abraham Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história", ainda no primeiro dia em que foi confirmada a falha, o ministro já minimizou o problema dizendo que prejudicou um "número muito pequeno" de estudantes e que se tratava apenas de um "susto".

Para os servidores, houve um erro de comunicação com os candidatos que pediram a correção, mas não receberam nenhuma resposta sobre a reavaliação ter ocorrido. Apesar de o MEC afirmar que só encontrou erro em 5,9 mil provas, mais de 175 mil pessoas questionaram as notas que obtiveram, mas não receberam nenhum retorno da pasta.

Saída

A forma desastrosa com a qual lidou com o problema no Enem, reforçou os pedidos para que o presidente Jair Bolsonaro substitua o chefe do MEC. Desde dezembro do ano passado, nomes de confiança do Planalto pedem que o presidente considere a demissão de Weintraub - ele é malvisto tanto pelas polêmicas, consideradas desnecessárias e prejudiciais ao governo, como pela falta de projetos e dificuldade de implementação de políticas públicas.

Assim como quando substituiu o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Bolsonaro já tem recebido "listinhas" de seus principais grupos de apoiadores com nomes para substituir Weintraub. Há listas com indicações do grupo evangélico, dos militares e dos olavistas.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC suspende inscrições no ProUni

Ministério diz não pode iniciar processo até liberação do Sisu; inscrições estavam previstas para começar nesta terça-feira, 28

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) informou na noite desta segunda-feira, 27, que vai suspender por tempo indeterminado a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo o ministério, como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspensa pela Justiça Federal, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior.

As inscrições para o ProUni teriam início nesta terça-feira, 28. Apesar de não abrir as inscrições, o MEC diz que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas que serão ofertadas.

No domingo, 26, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou o pedido da AGU para derrubar a decisão que suspendeu a divulgação do Sisu. Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da Justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no ProUni e Fies", disse o ministério em nota. O caso

Na segunda-feira, 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, do total de 3,9 milhões de participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. O ministro Abraham Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história".

Apesar de ter informado que encontrou erro em 5,9 mil provas, o MEC recebeu mais de 175 mil pedidos de correção da nota, mas não respondeu aos candidatos se fez uma reavaliação ou deu uma justificativa que comprovasse que a correção estava segura.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Universidades suspendem processos seletivos até que dúvidas sobre correção do Enem sejam respondidas

Instituições que não estão no Sisu, mas utilizam a nota do exame, decidiram esperar resposta do MEC assegurando segurança na correção das provas

SÃO PAULO - Pelo menos três universidades federais do País decidiram suspender seus processos seletivos até que o Ministério da Educação (MEC) comprove ter superado todas as falhas na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As instituições têm modelos próprios de ingresso, mas utilizam a nota do exame para compor a o processo de seleção. São os casos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), de Santa Catarina (UFSC) e do Pará (UFPA).

No domingo, 23, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, manteve a decisão que suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

O Sisu seleciona ingressantes para mais de 235 mil vagas em 128 instituições públicas de ensino do País. Apesar de os alunos terem se inscrito (o prazo terminou neste domingo, 26), a divulgação está suspensa pela Justiça Federal.

A decisão de suspender a seleção pelos outros processos, além do Sisu, parte de uma preocupação das universidades em relação à correção das provas do Enem. O MEC diz ter encontrado erros nos testes de 5.974 candidatos, de um total de 3,9 milhões de participantes. Apesar de garantir que o problema foi superado, o ministério não apresentou ainda nenhum documento ou nota técnica que assegure a correção ou que mais nenhum aluno tenha sido prejudicado.

A Unifesp, por exemplo, previa divulgar nesta segunda-feira, 27, o resultado do vestibular misto (sistema que utiliza a nota do Enem e do vestibular próprio), que seleciona ingressantes para os cursos de Medicina, Engenharia Química e Ciências Biológicas. A divulgação foi suspensa por tempo indeterminado. "Assim que o Inep/MEC responder aos questionamentos que compõem a decisão liminar e a questão for resolvida, a universidade divulgará as listas dos processos seletivos afetados", diz em nota a instituição.

A UFSC que tem um processo seletivo para vagas suplementares reservadas para cotas raciais também suspendeu o cronograma. "Em razão da indefinição quanto à divulgação das notas do Enem e da classificação pelo Sisu, somente após a informação oficial e definitiva repassada pelo Inep/MEC, serão publicados o cronograma e os procedimentos de matrícula para essas modalidades de ingresso na UFSC", diz a nota. O mesmo foi decidido pela UFPA, que usa a nota do Enem como um dos critérios de avaliação na seleção de ingressantes.

Prejuízos

A suspensão da divulgação das notas do Sisu pode prejudicar o calendário letivo das universidades federais, que terão o período de matrículas alterado e conseqüentemente o início das aulas. O Estado apurou que o cronograma atual do Sisu já é considerado apertado pelas instituições de ensino, que há anos pedem ao MEC para que as notas do Enem e o sistema de seleção sejam adiantados para que possam ter mais tempo para matricular os estudantes.

Em nota, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (Andifes) diz que, apesar do prejuízo ao calendário, acredita ser necessário o procedimento para que se tenha garantida de que os resultados estão corretos. "Pautadas na transparência, mérito e pelo dever de justiça com todos os candidatos, as universidades federais terão todo compromisso para efetivar as matrículas dos alunos aprovados a partir da confirmação dos resultados das notas do Enem, que devem ser corretos, em respeito aos padrões mais elevados de justiça."

O atraso também afeta outros programas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (Fies), que são opções de acesso ao ensino superior privado para os estudantes que não conseguiram uma vaga nas instituições públicas.

Para os técnicos e parte da alta cúpula do ministério, a suspensão do sistema e a exigência de que seja comprovado que as notas dos candidatos estão corretas pode ser a melhor alternativa para o governo federal. Eles temem que a correção e o sistema continue sendo questionado judicialmente, colocando em xeque a credibilidade e segurança da prova.

O Estado apurou que a forma considerada desastrosa com a qual lidou com o problema no Enem, reforçou os pedidos para que o presidente Jair Bolsonaro substitua o ministro Abraham Weintraub do MEC. Desde dezembro do ano passado, nomes de confiança do Planalto pedem que o presidente considerem a demissão de Weintraub - ele é malvisto tanto pelas polêmicas, consideradas desnecessárias e prejudiciais ao governo, como pela falta de projetos e dificuldade de implementação de políticas públicas.

Assim como quando substituiu o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Bolsonaro já tem recebido "listinhas" de seus principais grupos de apoiadores com nomes para substituir Weintraub. Há listas com indicações do grupo evangélico, dos militares e dos olavistas.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Vendas de eletroeletrônicos em 2019 decepcionam fabricantes

A maior taxa de crescimento foi alcançada por produtos mais baratos, o que reflete o baixo poder aquisitivo da população

As vendas de eletroeletrônicos de consumo da indústria para varejo decepcionaram os fabricantes no ano passado. Entre geladeiras, fogões, televisores, liquidificadores, ferros de passar, por exemplo, foram produzidas e vendidas 104,8 milhões de unidades. Foi um volume 5% maior do que no ano anterior, segundo a Eletros, associação que reúne os fabricantes. O resultado ficou no piso da expectativa de crescimento da indústria eletroeletrônica, que era de 5% a 10% para 2019.

“A retomada do crescimento não engrenou e a recuperação do consumo está mais lenta do que seria o ideal”, afirma o presidente da Eletros, José Jorge do Nascimento. Em 2019, pelo segundo ano seguido, a indústria cresceu 5% e a ociosidade das fábricas se manteve ao redor de 30%.

O desempenho de 2019 foi desigual para os diferentes segmentos da indústria eletroeletrônica. A maior taxa de crescimento foi alcançada por produtos mais baratos, o que reflete o baixo poder aquisitivo da população, que não se refez da crise enfrentada nos últimos anos. A venda dos eletroportáteis avançou 17,8% em 2019. Ao todo, as indústrias do setor produziram e venderam 76,6 milhões de aparelhos.

Já as vendas dos equipamentos da linha branca – geladeiras, fogões, lavadoras –, que são itens mais caros em relação aos eletroportáteis, aumentaram em ritmo menor, de 7,8% o ano passado sobre o anterior.

O pior desempenho em 2019 ficou com os eletroeletrônicos da linha marrom, que têm como principal produto os televisores. As vendas da linha marrom cresceram apenas 3% no ano passado ante 2018. Em 2019 foram vendidos 12,4 milhões de televisores. “Se considerarmos que em 2018 tivemos Copa do mundo, quando normalmente as vendas de TVs disparam, registramos em 2019 uma evolução moderadamente otimista”, diz Nascimento.

O que frustrou as expectativas dos fabricantes o ano passado, foi a insegurança para consumir dos brasileiros que estão desempregados e também daqueles que estão empregados, mas têm dúvidas se continuarão trabalhando, argumenta Nascimento.

Para este ano, o presidente da Eletros repete a projeção do ano passado, de crescer entre

5% e 10% as vendas sobre o ano anterior. Mas ele condiciona esse desempenho a questões de competitividade da indústria. Isto é, à reforma tributária e de como será feita abertura comercial.

No caso da reforma tributária, o executivo está preocupado com o imposto que deve substituir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Quanto à abertura comercial, ele acredita que se ela for feita de forma radical, suprimindo o Imposto de Importação do setor, hoje em média de 20%, poderá levar empresas multinacionais instaladas aqui encerrar as operações no País. “A abertura comercial tem que ser feita com critério”, afirma.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

AGU recorre ao STJ para tentar liberar divulgação do Sisu

Resultados seriam publicados nesta terça (28), mas Justiça quer que MEC comprove anteriormente ter solucionado erro na correção das provas do Enem

BRASÍLIA — A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu na noite desta segunda-feira ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar derrubar a decisão que suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Os resultados seriam anunciados na manhã de terça-feira. A decisão deve ser tomada pelo presidente da Corte, João Otávio de Noronha, mas ainda não há previsão de quando ele vai julgar o recurso.

O governo tem amargado uma série de derrotas judiciais sobre o assunto. Neste domingo, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, negou pedido da AGU para derrubar decisão da Justiça de São Paulo assim que as inscrições forem encerrada. Na prática, isso significa que os resultados não podem ser divulgados na terça-feira, data estimada pelo governo.

As inscrições para o Sisu se encerraram às 23h59 deste domingo. Se não conseguir liminar no STJ, o governo ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão da Justiça de São Paulo determina ainda que o governo comprove que o erro na correção das provas do Enem 2019 foi totalmente solucionado.

Na semana passada, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que os erros, que afetaram 5.974 estudantes, já tinham sido corrigidos. Eles representam 0,15% dos 3,9 milhões de inscritos que fizeram as provas em 3 e 10 de novembro. Uma falha já admitida pela gráfica Valid fez com que essas provas fossem associadas a gabaritos trocados.

Os resultados do Sisu são essenciais para os próximos passos do processo seletivo com base no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Defensoria Pública representa contra Weintraub por aceitar pedido de correção de nota do Enem em rede social

Segundo defensor João Paulo Dorini, Ministro da Educação cometeu “seríssima ofensa ao princípio da impessoalidade”

BRASÍLIA - A Defensoria Pública da União (DPU) apresentou um documento à Justiça para comunicar que, no sábado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, usou o Twitter para auxiliar o pai de uma estudante a revisar a nota no Exame Nacional do

Ensino Médio (Enem).

Segundo o defensor João Paulo Dorini, que assina a manifestação, o titular da pasta cometeu "seríssima ofensa ao princípio da impessoalidade". Dorini lembrou que trata-se de um pilar da administração pública, previsto na Constituição Federal.

"Se aqueles que fazem pedidos informais nas redes sociais para revisão da nota são atendidos, por que não o são aqueles que o fizeram pelo canal criado pela própria Administração? E por que não se informa adequadamente cada um dos solicitantes da revisão, caso de fato ela já tenha sido realizada, já que o próprio Ministro da Educação pôde fazê-lo pelas redes sociais para alguém que aparentemente ele sequer conhece pessoalmente?", questiona Dorini na manifestação.

A representação foi feita na ação que resultou na decisão da Justiça Federal de São Paulo de suspender a divulgação do resultado do Sisu. A decisão ordena que o MEC explique como checkou a nota dos estudantes.

No sábado, Weintraub determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) verificasse se estava correta a nota da prova do Enem de uma candidata após receber pedido do pai dela pelo Twitter. Um homem chamado Carlos Santana postou na rede social uma reclamação, marcando o perfil de Weintraub: "Ministro, minha filha tem certeza que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? A inês é morta? O Sisu [Sistema de Seleção Unificada] termina amanhã", escreveu. No post, o seguidor também anotou o número de inscrição da filha do Enem.

Carlos Santana se mostra, nas redes sociais, apoiador do governo Bolsonaro e crítico das administrações do PT. Ele também defende as ações da Operação Lava Jato.

Weintraub respondeu ao apoiador, via Twitter, com uma imagem supostamente de seu celular, com uma mensagem de Whatsapp trocada com um interlocutor identificado como Alê. "Alê, tem como verificar", escreveu o ministro. A resposta foi: "Ministro, a participante teve a prova corrigida corretamente. Tudo confere. Fez a prova em Ribeirão Preto/SP. Conferido com a aplicadora. Não houve erro de associação no caso dela." O nome do presidente do Inep é Alexandre Lopes.

No domingo, Weintraub continuou prestando atendimento individual no Twitter. Uma pessoa identificada como Bia escreveu a ele: "Senhor ministro, temo que minha nota do Enem tenha sido prejudicada", escreveu, explicando que não entendia por que a nota dela de matemática foi 699 com 28 acertos, "quando a grande maioria das pessoas com mais de 20 acertos chegaram em 700 no mínimo".

Também pelo Twitter, o ministro explicou, então, como funciona a correção da prova: "Cara Bia, o sistema de pontuação desconta nota quando há respostas difíceis corretas concatenadas a respostas fáceis erradas. Isso é feito para corrigir a nota de pessoas que acertaram por sorte (chute). Abraço", anotou.

Falhas na correção do Enem deste ano levaram a Justiça Federal de São Paulo a suspender a etapa de seleção do Sisu. O período original de inscrição estava previsto

para ontem. A decisão foi tomada com base no pedido da DPU, diante de erros no cálculo da nota do Enem de cerca de 6.000 candidatos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Universidades já suspendem calendários temendo atraso na divulgação do Sisu Unifesp, UFPA, UFRN e UFSC anunciaram mudanças no cronograma de inscrições por conta de decisão judicial que bloqueou publicação de resultados; governo recorreu ao STJ

RIO e BRASÍLIA — Instituições de ensino superior, como a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), publicaram nesta noite em seus sites notas informando a suspensão temporária de procedimentos para matrícula do ano letivo de 2020.

Esse já é um reflexo da decisão da Justiça que proibiu a divulgação dos resultados do Sisu, prevista para esta terça-feira (28), por conta dos erros nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Governo recorreu, via Advocacia-Geral da União (AGU), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a sentença.

A Unifesp seleciona parte de seus alunos através de um sistema misto em que o candidato utiliza a nota do Enem combinada à de uma prova específica da instituição.

"A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) informa que a divulgação do resultado do processo seletivo dos cursos que aderiram ao Sistema Misto de Seleção e do Curso EAD em Design Educacional, prevista inicialmente para as 16h do dia 27/01/2020 (segunda-feira), está suspensa em virtude da decisão liminar concedida pela 8.^a Vara Cível Federal de São Paulo", informa a universidade.

Continue lendo: Weintraub nega erro no Sisu e diz que reclamações são de pessoas vinculadas a partidos radicais de esquerda

"A Unifesp visa, com este procedimento, resguardar os direitos de todos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as) nos processos seletivos acima informados, uma vez que a referida ação judicial questiona a validade das notas do Enem divulgadas pelo INEP/MEC, as quais são componentes da avaliação dos candidatos a uma vaga em nossa instituição", completa a nota.

Já o edital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Prograd/UFRN) previa o envio prévio da documentação dos alunos ingressantes, que também foi suspenso.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o cronograma de prazos e procedimentos de matrícula dos candidatos a ingresso pelas notas do Enem será reformulado.

"Em razão da indefinição quanto à divulgação das notas do Enem e da classificação pelo Sisu, somente após a informação oficial e definitiva repassada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), serão publicados o cronograma e os procedimentos de matrícula para essas modalidades de ingresso na UFSC", diz a nota.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) também divulgaram notas afirmando que não divulgarão a lista dos aprovados até que se encerre a disputa judicial.

Possibilidade de atraso no começo das aulas

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Sólton Caldas, caso o calendário seja modificado, a medida pode fazer com que os estudantes admitidos pelo Prouni e pelo Fies cheguem à universidade somente no segundo semestre.

— Se isso acontecer, os estudantes serão admitidos no semestre seguinte, já que o calendário letivo das universidades privadas já estará em curso. Mas acho que o MEC tem interesse em resolver isso o quanto antes.

Segundo ele, mesmo que não haja mudança no cronograma do Prouni e do Fies, o adiamento do Sisu por si só pode impactar na escolha dos estudantes.

— O primeiro calendário aberto é o do Sisu, então os alunos ficam esperando primeiro esse resultado para concorrer ao Prouni ao Fies. Em pesquisas da Abmes percebemos que a preferência dos estudantes é pela universidade pública, gratuita. Depois ele tenta o Prouni e, por último, o Fies. Se o Sisu está suspenso, pode partir direto para os outros dois - analisa Caldas.

Mais vagas ociosas e debandada das federais

No caso das universidades federais, a preocupação é a de que o atraso no cronograma acabe gerando um número maior de vagas ociosas nas instituições.

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles afirma que a indefinição sobre o Sisu atrasará a rodagem das listas de aprovados das universidades e, conseqüentemente, pode levar ao não preenchimento de todas as vagas. Salles alerta para que os estudantes fiquem atentos a posicionamentos divulgados pelas universidades.

— O calendário do Sisu é muito apertado, um atraso pode provocar um efeito indesejável em relação ao início das nossas atividades, atrasando a matrícula. O Sisu tem um processo de várias chamadas. A lista de aprovados nem sempre é preenchida na primeira chamada, um atraso no processo pode fazer com que não haja preenchimento completo de vagas - explica Salles. — Às vezes recorremos até três ou quatro chamadas para preencher a vaga, mas se houver atraso e as aulas já tiverem começado há algum tempo, essas últimas chamadas não podem ser feitas, porque o aluno já começaria o ano letivo tendo tido 25% de faltas, o que o reprovava.

Ele argumenta que a insegurança em relação ao Sisu pode acabar gerando inclusive uma debandada das federais que aderiram ao método de seleção. Nesta edição, 128 instituições públicas de ensino superior oferecerem 237.128 vagas na plataforma.

— A judicialização pode comprometer a credibilidade do sistema, se não fizermos uma apuração adequada, o sistema pode estar ameaçado na sua credibilidade, isso significa que as instituições que optaram pelo Sisu podem voltar atrás, retomar os métodos antigos de escolha, o que quebraria o processo de seleção nacional.

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

Governo recorre ao STJ para manter calendário de divulgação do Sisu

A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o governo Bolsonaro, informou na noite desta segunda-feira (27) que protocolou recurso no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para garantir a manutenção do calendário de divulgação do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

O governo pede a suspensão de uma decisão do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) que manteve a determinação da Justiça Federal em São Paulo de não permitir a divulgação das notas devido a problemas em correções de provas do Enem.

O recurso no STJ deve ser analisado pelo presidente da corte, ministro João Otávio de Noronha, à frente do plantão durante o recesso.

O Ministério da Educação tem argumentado que a não divulgação traz "graves prejuízos à política pública de ensino superior".

Na manhã desta segunda, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, já havia anunciado que o governo iria recorrer. "Pelo que eu sei, a AGU deve interpor [recurso] ao STJ ou ao STF [Supremo Tribunal Federal]", disse.

A Justiça Federal em São Paulo determinou a suspensão da etapa de seleção do Sisu após o término do período de inscrição, que foi no domingo (26).

A decisão atendeu a um pedido da Defensoria Pública da União feito em razão dos erros no cálculo da nota do Enem de cerca de 6.000 candidatos.

A Justiça também determinou que o Inep, instituto responsável pelo Enem, comprove em até cinco dias que a revisão das notas nas quais foram encontradas falhas foi considerada para a readequação das notas de todos os candidatos ao Enem e que todos os participantes que pediram a revisão tiveram o pedido reavaliado, ainda que não atendido, e receberam resposta.

A AGU informou que já foram ajuizadas em todo o país 41 ações referentes aos problemas do Enem 2019. Dessas, cinco tiveram liminares (decisões provisórias) concedidas pela Justiça, das quais o governo afirmou que vai recorrer, e três tiveram os pedidos de suspensão de divulgação do Sisu negados. (Reynaldo Turolo Jr. e Natália Cancian/FolhaPressSNG)

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

MP de Contas pede a TCU atenção especial a dinheiro da Lava Jato parado no MEC

O Ministério Público de Contas, que atua perante o TCU (Tribunal de Contas da União), pede à corte que seja realizado um acompanhamento especial sobre a execução dos recursos recuperados da Lava Jato e parados no MEC (Ministério da Educação).

A pasta comandada por Abraham Weintraub foi a única do governo Bolsonaro a receber o dinheiro em 2019 e não dar finalidade.

O MEC ficou com a maior parte do recurso: R\$ 1 bilhão de um total de R\$ 2,6 bilhões recuperados pela operação.

Segundo a representação do MP de Contas, a situação revela "reduzida eficiência na gestão daqueles recursos pelo MEC".

O dinheiro ficou parado porque, segundo disse Weintraub, o MEC não tinha um projeto pronto para a educação infantil. A pasta passou por escassez de recursos em 2019.

"Causa espécie que, decorridos meses, o MEC tenha apenas intenção de uso, sem qualquer projeto concreto para aplicação desses recursos na educação infantil", ressalta o documento, assinado pelo subprocurador-geral, Lucas Rocha Furtado.

A representação sublinha que uma suposta prioridade dada pelo governo Bolsonaro à educação infantil foi defendida pelo próprio ministro, em maio, durante audiência na Comissão de Educação do Senado.

"Nada obstante tal reconhecimento oficial e a disponibilidade de recursos vultosos, nada de concreto foi estabelecido até o momento, de sorte que inúmeras mães e crianças continuam no aguardo de vagas nas creches públicas do país."

O fundo foi alvo de disputa e acabou tendo os recursos destinados à educação e à preservação ambiental, divididos entre sete ministérios.

Apesar de ter recebido a maior fatia, o MEC foi o único que não deu finalidade à verba - o ministro nem sequer empenhou qualquer centavo do recurso.

O STF (Supremo Tribunal Federal) validou em setembro passado o acordo sobre a destinação do dinheiro. Em novembro, os recursos já chegaram aos ministérios.

"Entendo que esses aspectos, por sua extrema gravidade --que denotam, no mínimo, a reduzida eficiência na gestão daqueles recursos pelo MEC--, devam merecer especial atenção do Tribunal de Contas da União", diz a representação.

Rocha Furtado defende que o tribunal "acompanhe detidamente a execução dos recursos resgatados pela Operação Lava Jato, que foram direcionados para o Ministério da Educação objetivando o atendimento da educação infantil".

A indefinição dentro do MEC para aplicar o recurso foi o que travou sua execução. O governo estuda usá-lo para viabilizar o projeto de voucher para creches, no qual entregaria às famílias dinheiro para pagar creche particular.

No entanto, há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil. A consultoria jurídica do MEC tem procurado uma solução.

O fundo foi abastecido por multas pagas pela Petrobras em acordo firmado com o Departamento de Justiça dos EUA em busca de uma reparação por causa do esquema de corrupção desbaratado na estatal. A distribuição do montante bilionário foi acertada entre PGR (Procuradoria-Geral da República), Congresso e representantes do governo

Bolsonaro, após embate com procuradores de Curitiba.

Segundo Weintraub, o governo prepara o que será o maior programa de creches que o mundo ocidental já viu, mas não deu detalhes sobre o que pretende fazer.

O ministro garantiu que o recurso será aplicado neste ano. O orçamento de 2020 não prevê dinheiro do fundo.

Uma hipótese analisada pela equipe econômica é que o Congresso tenha de aprovar -- mais uma vez-- um crédito para o ministério. Isso pode ser feito, mas o governo já está com dificuldades de contornar o teto de gastos. (Paulo Saldaña e Fábio Fabrini/FolhaPressSNG)

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

Suspensão, Sisu tem 1,8 milhões de inscritos em 2020

O MEC (Ministério da Educação) divulgou nesta segunda-feira (27) dados de inscrição que mostram que 1,8 milhão de candidatos se inscreveram no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que segue suspenso após decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

De acordo com as informações do ministério, foram 3,4 milhões de inscrições, uma vez que é possível pleitear vaga em até dois cursos.

O período de registros durou seis dias e não foi afetado pela disputa judicial em curso. Estão sendo disponibilizadas neste ano 237.128 vagas em 128 instituições de ensino em todo o país.

Os resultados, que deveriam ser divulgados nesta terça-feira (28), dependem agora de decisão da Justiça.

Após o TRF-3 rejeitar no domingo (26) recurso do governo federal e manter a suspensão da divulgação dos resultados do sistema, o presidente interino, Hamilton Mourão, disse nesta segunda que a AGU (Advocacia-Geral da União) deve recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) ou STJ (Superior Tribunal de Justiça).

"Vai, vai recorrer. Pelo que eu sei, a AGU deve impor ao STJ ou ao STF", disse.

A suspensão inicial havia sido determinada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando pedido da Defensoria da União. A AGU, então, recorreu ao TRF-3, que manteve a decisão de não permitir a divulgação das notas.

Na decisão de domingo, a presidente do TRF-3, desembargadora Therezinha Astolphi Cazerta, considerou que não foram apresentados "elementos seguros de que candidatos não teriam sido impactados" pelos erros no cálculo da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O governo federal identificou falhas nas notas de cerca de 6.000 candidatos. (Angela Boldrini/FolhaPressSNG)

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Após erro no Enem, MEC suspende inscrições no ProUni

As inscrições para o ProUni teriam início nesta terça-feira, 28

O Ministério da Educação (MEC) informou na noite desta segunda-feira, 27, que vai suspender por tempo indeterminado a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo o ministério, como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspenso pela Justiça Federal, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior.

As inscrições para o ProUni teriam início nesta terça-feira, 28. Apesar de não abrir as inscrições, o ministério diz que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas que serão ofertadas.

No domingo, 23, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou o pedido da AGU para derrubar a decisão que suspendeu a divulgação do Sisu. Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no ProUni e Fies", disse o ministério em nota.

O caso

Na segunda-feira, 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. O ministro Abraham Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história".

Apesar de ter informado que encontrou erro em 5,9 mil provas, o MEC recebeu mais de 175 mil pedidos de correção da nota, mas não respondeu aos candidatos se fez uma reavaliação ou uma justificativa que comprovasse que a correção estava segura.

[topo](#)

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

AGU recorre de decisão que suspende divulgação dos resultados do Sisu

TRF3 manteve suspensão e agora governo vai ao STJ

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a anular a decisão que suspendeu a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), prevista para esta terça-feira (28).

No domingo (26), a desembargadora Therezinha Cazerta, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), decidiu manter em vigor liminar concedida pela primeira instância da Justiça Federal para suspender a divulgação, sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento "seguro e transparente" sobre a correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019, cuja nota é usada pelos estudantes para fazer inscrição no Sisu e concorrer a vagas em universidades públicas em todo o país.

Suspensão

No sexta-feira (25), a Justiça Federal de São Paulo havia determinado a suspensão da divulgação dos resultados do Sisu até que o governo federal demonstre a correção das provas do Enem em que estudantes de todo o país apontaram problemas. O tribunal deu prazo de cinco dias para o cumprimento da decisão, sob pena multa diária de R\$ 10 mil. A decisão foi motivada por pedido da Defensoria Pública da União (DPU).

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) reconheceu que houve erros na atribuição de notas para cerca de 6 mil alunos. Segundo a pasta, a falha teria ocorrido na impressão das provas aplicadas em algumas cidades e seria responsabilidade de uma gráfica. O MEC acrescentou que corrigiu o problema e não houve prejuízos para os estudantes.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL

MEC suspende inscrições no ProUni

O Ministério da Educação (MEC) informou na noite desta segunda-feira, 27, que vai suspender por tempo indeterminado a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo o ministério, como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspenso pela Justiça Federal, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior.

As inscrições para o ProUni teriam início nesta terça-feira, 28. Apesar de não abrir as inscrições, o ministério diz que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas que serão ofertadas.

No domingo, 23, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou o pedido da AGU para derrubar a decisão que suspendeu a divulgação do Sisu. Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no ProUni e Fies", disse o ministério em nota.

O caso

Na segunda-feira, 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. O ministro Abraham Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história".

Apesar de ter informado que encontrou erro em 5,9 mil provas, o MEC recebeu mais de

175 mil pedidos de correção da nota, mas não respondeu aos candidatos se fez uma reavaliação ou uma justificativa que comprovasse que a correção estava segura.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL

Universidades suspendem processos seletivos até que dúvidas sejam respondidas

Pelo menos três universidades federais do País decidiram suspender seus processos seletivos até que o Ministério da Educação (MEC) comprove ter superado todas as falhas na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As instituições têm modelos próprios de ingresso, mas utilizam a nota do exame para compor a o processo de seleção. São os casos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), de Santa Catarina (UFSC) e do Pará (UFPA).

No domingo, 23, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, manteve a decisão que suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

O Sisu seleciona ingressantes para mais de 235 mil vagas em 128 instituições públicas de ensino do País. Apesar de os alunos terem se inscrito (o prazo terminou neste domingo, 26), a divulgação está suspensa pela Justiça Federal.

A decisão de suspender a seleção pelos outros processos, além do Sisu, parte de uma preocupação das universidades em relação à correção das provas do Enem. O MEC diz ter encontrado erros nos testes de 5.974 candidatos, de um total de 3,9 milhões de participantes. Apesar de garantir que o problema foi superado, o ministério não apresentou ainda nenhum documento ou nota técnica que assegure a correção ou que mais nenhum aluno tenha sido prejudicado.

A Unifesp, por exemplo, previa divulgar nesta segunda-feira, 27, o resultado do vestibular misto (sistema que utiliza a nota do Enem e do vestibular próprio), que seleciona ingressantes para os cursos de Medicina, Engenharia Química e Ciências Biológicas. A divulgação foi suspensa por tempo indeterminado. "Assim que o Inep/MEC responder aos questionamentos que compõem a decisão liminar e a questão for resolvida, a universidade divulgará as listas dos processos seletivos afetados", diz em nota a instituição.

A UFSC que tem um processo seletivo para vagas suplementares reservadas para cotas raciais também suspendeu o cronograma. "Em razão da indefinição quanto à divulgação das notas do Enem e da classificação pelo Sisu, somente após a informação oficial e definitiva repassada pelo Inep/MEC, serão publicados o cronograma e os procedimentos de matrícula para essas modalidades de ingresso na UFSC", diz a nota. O mesmo foi decidido pela UFPA, que usa a nota do Enem como um dos critérios de avaliação na seleção de ingressantes.

Prejuízos

A suspensão da divulgação das notas do Sisu pode prejudicar o calendário letivo das universidades federais, que terão o período de matrículas alterado e consequentemente o

início das aulas. O Estado apurou que o cronograma atual do Sisu já é considerado apertado pelas instituições de ensino, que há anos pedem ao MEC para que as notas do Enem e o sistema de seleção sejam adiantados para que possam ter mais tempo para matricular os estudantes.

Em nota, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (Andifes) diz que, apesar do prejuízo ao calendário, acredita ser necessário o procedimento para que se tenha garantida de que os resultados estão corretos. "Pautadas na transparência, mérito e pelo dever de justiça com todos os candidatos, as universidades federais terão todo compromisso para efetivar as matrículas dos alunos aprovados a partir da confirmação dos resultados das notas do Enem, que devem ser corretos, em respeito aos padrões mais elevados de justiça."

O atraso também afeta outros programas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (Fies), que são opções de acesso ao ensino superior privado para os estudantes que não conseguiram uma vaga nas instituições públicas.

Para os técnicos e parte da alta cúpula do ministério, a suspensão do sistema e a exigência de que seja comprovado que as notas dos candidatos estão corretas pode ser a melhor alternativa para o governo federal. Eles temem que a correção e o sistema continue sendo questionado judicialmente, colocando em xeque a credibilidade e segurança da prova.

topo 

G1 - TEMPO REAL

MEC libera consulta de bolsas do Prouni, mas suspende inscrições até liberação do Sisu

Sistema de bolsas em faculdades privadas usa nota do Enem 2019; Justiça Federal mandou MEC revisar toda a correção do exame. Ao todo, 251,3 mil bolsas integrais e parciais serão ofertadas.

O Ministério da Educação disponibilizou para consulta, nesta segunda-feira (27), as informações das 251.139 bolsas parciais e integrais para faculdades privadas por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni).

A consulta pode ser feita no site do Prouni, com base em três critérios: o curso, a instituição ou o município desejado.

O cronograma previa que as inscrições começassem nesta terça (28), mas o início foi adiado após problemas com as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Justiça Federal mandou o MEC revisar todas as notas, e suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – também prevista para esta terça.

Segundo o próprio ministério, a divulgação dos aprovados no Sisu é condição prévia para o início das inscrições do Prouni – isso evitaria que um estudante concorresse às bolsas e, depois, descobrisse que conseguiu vaga numa instituição pública.

Até as 21h desta segunda, o MEC e a Advocacia-Geral da União (AGU) ainda tentavam reverter a decisão judicial. Com isso, não há prazo para a retomada desses processos.

Segundo o ministério, a decisão judicial e a paralisação do Sisu não afeta a consulta às

bolsas, já que o procedimento seria "meramente informativo". As inscrições, entretanto, seguem suspensas até que o Sisu seja liberado.

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à Educação Superior serão publicados após decisão final da justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no Prouni e no Fies", afirmou o MEC nesta segunda.

Enem contestado

Na semana passada, a Justiça Federal em São Paulo suspendeu a divulgação do resultado do Sisu, sistema em que o estudante concorre a vagas em universidades públicas com a nota do Enem. As inscrições terminaram no domingo (26) à noite. O resultado do Sisu seria divulgado na terça (28), criando condições para a abertura do Prouni desse semestre.

O governo recorreu da decisão da Justiça de São Paulo, mas a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou pedido da AGU para derrubar a liminar, o que manteve suspensa a divulgação do Sisu.

O que se sabe e o que ainda falta esclarecer sobre o erro na correção do Enem 2019
Após erro na correção do Enem 2019, participantes temem perder vagas nas universidades federais

Na segunda, a AGU recorreu ao STJ, enviando dados complementares do Ministério da Educação e do Inep, instituto responsável pelo Enem. A ação será analisada pelo presidente da corte, ministro João Otávio de Noronha. Não há prazo para a decisão.

Prouni: como funciona

O Programa Universidade para Todos (Prouni) oferece bolsas de estudo parciais e integrais em universidades particulares.

Entenda para que serve a nota do Enem

Para participar, o candidato não pode ter diploma de ensino superior. Além disso, deve ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tirado, no mínimo, média de 450 pontos na prova. Não é permitido ter zerado na redação.

Também é preciso se enquadrar em um dos seguintes critérios de renda:

Bolsas integrais: renda familiar bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo
Bolsas parciais (50% da mensalidade coberta): renda familiar bruta mensal per capita de até 3 salários mínimos

Entre as exigências, o candidato deve ainda se encaixar em pelo menos uma das seguintes situações:

ter cursado o ensino médio em escola pública;
ter cursado o ensino médio em escola privada, desde que na condição de bolsista integral;

ter alguma deficiência;

ou ser professor do quadro permanente de uma escola pública (nesse caso, o critério de renda familiar não se aplica).

O sistema de seleção é aberto uma vez a cada semestre. Informatizado, seleciona os alunos de acordo com o desempenho no Enem. Após o candidato ser pré-aprovado, é preciso comprovar seus dados pessoais na universidade em que foi aprovado. Só assim a vaga estará garantida.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidades do Piauí seguem MEC e mantêm cronograma do Sisu 2020 Divulgação dos aprovados em primeira chamada está prevista para terça-feira (28), mas processo enfrenta disputa judicial por erros na correção do Enem.

Por G1 PI

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) informaram que o cronograma de inscrição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020 será mantido, apesar do processo que corre na Justiça para tentar impedir a divulgação dos resultados até a correção das notas de parte dos candidatos.

As inscrições no sistema foram encerradas no domingo (26), mesmo com quase 6 mil casos de erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A divulgação dos aprovados em primeira chamada está prevista para esta terça (28).

A Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PERG) da UFPI disse que aguarda a publicação do resultado do Sisu 1/2020 a cargo do MEC, inicialmente prevista para 28 de janeiro de 2020. “Nesse sentido, para o momento, fica mantido o cronograma relativo à primeira chamada para ingresso na UFPI”, afirmou em nota.

A Uespi declarou que a expectativa é que até esta terça-feira (27) o Ministério da Educação tenha um posicionamento sobre a questão, que sejam liberados os resultados, ou trazendo uma nova determinação.

A instituição disse que em relação ao resultado, que tradicionalmente sai no início da manhã, é esperado que ele só seja divulgado meio dia.

Já o IFPI informou que não tem horário para a divulgação, mas que o calendário está mantido até o momento.

Processo contra o Enem

O MEC admitiu um erro que afetou 5.974 estudantes em todo o Brasil - cerca de 0,15% dos 3,9 milhões de inscritos no Enem. Nesta segunda-feira (27), o Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a liminar que suspende a divulgação dos resultados do Sisu, impedindo que a lista dos aprovados seja liberada nesta terça.

O processo contra a divulgação das notas partiu de ação da Defensoria Pública da União (DPU). Um dos argumentos do órgão foi o princípio da transparência, alegando que a revisão dos erros de correção não foi claro o suficiente.

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar liberar a divulgação dos resultados e os próximos passos do processo seletivo. O recurso ao STJ será analisado pelo presidente da corte, ministro João Otávio de Noronha.

O governo recorreu após pedir dados complementares ao Ministério da Educação sobre processos seletivo. Não há prazo para a decisão.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

AGU recorre ao STJ para tentar liberar divulgação de resultados do Sisu e inscrições do Prouni

Justiça Federal suspendeu processo seletivo na semana passada e determinou que governo comprove solução para erro na correção das provas do Enem 2019.

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu nesta segunda-feira (27) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar liberar a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e os próximos passos do processo seletivo com base no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.

Na sexta-feira (24), a Justiça Federal em São Paulo determinou que o processo deveria ser suspenso assim que se encerrassem as inscrições para concorrer a vagas em universidades públicas – o prazo se encerrou na noite deste domingo (26).

Na prática, isso significou que o resultado do Sisu não poderia ser divulgado nesta terça-feira (28), como previsto inicialmente. Na mesma data, começariam as inscrições para o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concede bolsas em universidades privadas (leia mais abaixo).

Diante disso, a AGU entrou com um pedido para derrubar a decisão que suspendia a divulgação do resultado do Sisu, mas ele foi rejeitado na noite deste domingo pela presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta.

O que se sabe e o que ainda falta esclarecer sobre o erro na correção do Enem 2019
Após erro na correção do Enem 2019, participantes temem perder vagas nas universidades federais

O recurso apresentado nesta segunda ao STJ será analisado pelo presidente da corte, ministro João Otávio de Noronha. O governo recorreu após pedir dados complementares ao Ministério da Educação sobre processos seletivo. Não há prazo para a decisão.

--:--/--:--

AGU vai recorrer, de novo, contra suspensão da divulgação dos resultados do Sisu

AGU vai recorrer, de novo, contra suspensão da divulgação dos resultados do Sisu

Erro na nota do Enem

A disputa judicial começou depois que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do instituto responsável pelo Enem, Alexandre Lopes, admitiram que houve "inconsistência" na correção dos gabaritos das provas aplicadas em 3 e 10 de

novembro do ano passado.

Lopes disse que o erro ocorreu na gráfica onde foi impresso o caderno de questões do candidato, que é identificado com um código de barras do aluno. Depois, imprime-me o cartão de respostas (gabarito), que também tem um código. Outra máquina une estes dois documentos. O erro ocorreu nesta união e na geração do código de barras.

O resultado foi que candidatos que fizeram a prova de uma cor, tiveram o gabarito corrigido como se fosse de outra cor. Com a associação de respostas erradas, teve candidato que perdeu até 454 pontos na correção, comparando com o resultado de 2018.

Para a presidente do TRF-3, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

A desembargadora afirmou ainda que a situação provocou uma "crise" de "confiabilidade" em relação ao Enem. E que o governo não pode se recusar a dar uma "satisfação transparente".

Conforme a desembargadora, a decisão de primeira instância "exige, em síntese, que a União Federal aja com um mínimo de responsabilidade em relação à situação por ela própria criada, fornecendo uma resposta".

MEC liberou consultas de bolsas do Prouni

O Ministério da Educação (MEC) disponibilizou para consulta, nesta segunda, as informações das 251.139 bolsas parciais e integrais para faculdades privadas por meio do Prouni.

A consulta pode ser feita no site do Prouni, com base em três critérios: o curso, a instituição ou o município desejado.

Segundo o próprio ministério, a divulgação dos aprovados no Sisu é condição prévia para o início das inscrições do Prouni. Isso, para evitar que um estudante concorra às bolsas e, depois, descubra que conseguiu vaga numa instituição pública.

Segundo o ministério, a decisão judicial e a paralisação do Sisu não afeta a consulta às bolsas, já que o procedimento seria "meramente informativo". As inscrições, entretanto, seguem suspensas até o Sisu seja liberado.

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à Educação Superior serão publicados após decisão final da justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no Prouni e no Fies", afirmou o MEC.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Uepa adia divulgação do listão do Prosel 2020

A instituição de ensino informou que adiou a divulgação do resultado do Processo Seletivo (Prosel), marcado inicialmente para o próximo dia 29 de janeiro, diante de dados inconsistentes divulgados pelo Inep, responsável pelo Enem.

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) informou na noite desta segunda-feira (27) que, diante da ocorrência de dados inconsistentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), solicitou o reenvio das notas dos inscritos no Processo Seletivo 2020 da instituição, após as correções. A decisão foi tomada após a Justiça de São Paulo determinar a suspensão do processo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A Universidade federal do Pará (UFPA) também suspendeu a divulgação da lista dos aprovados no vestibular 2019.

Em nota, a UEPA informou que, em função do contexto atual, e para que não haja prejuízo aos candidatos, a direção da instituição de ensino decidiu adiar a divulgação do resultado do Processo Seletivo (Prosel), marcado inicialmente para o próximo dia 29 de janeiro (quarta-feira), até que o Ministério da Educação resolva o problema.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Rede estadual de SP vai ter férias mais curtas e dois períodos de recesso no ano letivo de 2020

Alunos terão 7 aulas por dia de 45 minutos. Não houve mudança para os alunos dos anos iniciais do fundamental, finais do Ensino Médio noturno e Educação de Jovens Adultos (EJA).

A Secretaria da Educação de São Paulo divulgou nesta segunda-feira (27) o novo calendário escolar dos alunos da rede estadual de ensino. As novidades são dois recessos no primeiro e no segundo semestres e férias mais curtas no meio do ano.

O ano letivo começa na próxima segunda-feira (3) e vai até 23 de dezembro com 200 dias letivos e mudanças no tempo de estudo.

O primeiro recesso é em abril, na semana de 20 a 24, quando tem o feriado de Tiradentes. As férias de julho vão ter apenas 16 dias: começam no dia 10 e terminam no dia 26. O segundo recesso começa logo depois do feriado nacional de Aparecida, de 13 a 16 de outubro.

A mudança no tempo de estudo é para os alunos dos anos finais do fundamental - do 6º ao 9º, e do Ensino Médio, que estudam nos períodos da manhã e da tarde.

O tempo total de aula vai ser de 5h15, com 7 aulas por dia. Cada aula terá duração de 45 minutos.

No total, a Secretaria Estadual de Educação manteve o mínimo de 200 dias letivos, que é o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudo da USP mostra que gravidez na adolescência reduz salário de mulheres em até 30%

Baixa escolaridade também é relacionada com maior incidência de gravidez antes dos 20 anos. Além disso, gravidez na adolescência reduz escolaridade de mulheres em cerca de 1,5 ano.

Uma economista da Universidade de São Paulo (USP) de Piracicaba (SP) estudou sobre a influência da gravidez na adolescência no mercado de trabalho das mulheres. Segundo a pesquisa, as mães que engravidaram até os 20 anos ganham em média 30% a menos que as outras mulheres. Além disso, escolaridade delas tende a ser, em média, 1,5 ano

menor do que a das mulheres que não tiveram filhos nessa faixa etária.

A doutora em economia e docente sênior do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), Ana Lúcia Kassouf, explica que o estudo faz parte de um projeto que analisa o impacto da gravidez precoce na educação, alfabetização e no mercado de trabalho.

O Brasil é o único país da América Latina a receber esse estudo, que foi financiado pela instituição sem fins lucrativos PEP (Partnership for Economic Policy), com sede no Quênia, e financiamento de países como o Canadá e do Reino Unido.

"A gente propôs esse tema para tentar entender o quanto a gravidez na adolescência afeta o mercado de trabalho das mulheres. No Brasil quase não há pesquisa sobre isso e um dos limitantes é o dado", afirma Ana Lúcia.

Segundo ela, a maioria dos dados que utilizou são de 2013 e fazem parte da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibilizou as variáveis que ela precisava para a análise. Ela considerou dados das mulheres de 29 a 40 anos que relataram ter tido filhos antes dos 20 anos.

Escolaridade e renda têm maior impacto, aponta pesquisa

Os principais resultados giram em torno da escolaridade e da renda da mulher que engravidou na adolescência. Os dados analisados por Ana Lúcia apontam que a gravidez precoce reduz os anos de estudo em cerca de um ano e meio, em média. "Muitas param de estudar para cuidar do filho e não voltam depois", explicou.

E essa redução é justamente a causa dessas mulheres futuramente conseguirem empregos informais e terem a renda reduzida em cerca de 30%. "Se a gente olhar especificamente para mulheres pretas e pardas essa queda é ainda maior", afirmou.

"A gente observou que aumentava a probabilidade [da mãe adolescente] de trabalhar, porque precisava de renda para cuidar do filho. Mas ao mesmo tempo essas mulheres entravam no mercado de trabalho informal, que exige menos qualificação e é mais flexível, mas que também paga menos salário".

A pesquisa mostra, ainda, que a escolaridade baixa também foi um fator que contribuiu para que as mulheres engravidassem antes dos 20 anos. O índice mais alto está entre as que tinham o ensino fundamental incompleto, com 58,7%, seguido das que não tinham escolaridade nenhuma, com 56,6%.

O gráfico mostra ainda que 13,1% das mulheres com ensino superior completo tiveram filhos antes dos 20 anos, ou seja, a gravidez na adolescência influenciou a escolaridade das mulheres. Algumas abandonaram os estudos para cuidar dos filhos ou não chegaram a cursar o ensino superior.

Problema social

Além de mostrar a análise dos dados, o estudo tem o intuito de influenciar as políticas públicas sobre o assunto e, de fato, trazer algum benefício e mudança. Para Ana Lúcia,

um dos principais fatores que gira em torno da gravidez na adolescência é o social.

"Para muitas meninas, ir ao médico e tomar um anticoncepcional significa que você está tendo uma vida sexual. Muitas não querem mostrar isso para a família porque pode ser um problema. É um tabu, mas precisa ser quebrado. As famílias precisam de orientação."

"São pessoas com baixa renda, baixa escolaridade e que moram em áreas pobres, em sua maioria", concluiu. As diferenças também se mostram regionais, já que as ocorrências de gravidez na adolescência tendem a ser mais comuns no Norte e Nordeste do país.

A pesquisa mostra ainda que a maior parte das adolescentes que engravidaram estavam na faixa mais baixa de renda, que na época da apuração dos dados, em 2013, representava uma renda familiar abaixo de R\$ 1 mil. Nesta faixa, estavam 48% das mulheres que tiveram filhos antes dos 20 anos.

Já na porcentagem da população com maior renda familiar, que à época representava pouco mais de R\$ 3 mil, 22% das mulheres engravidaram até essa idade.

A pesquisadora afirmou que esse é um problema que perpetua o ciclo de pobreza. "Será que as meninas têm conhecimento de tudo isso? Teria que entrar com um programa dentro das escolas, mostrar os problemas e as consequências de uma gravidez precoce. Tanto na área médica quanto na área econômica. Tem que ter uma política pública aí", finalizou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Faculdade é sentenciada pela Justiça Federal por ofertar falsa promessa de diploma no Pará

A sentença determina que a Faculdade Integrada do Brasil (Faibra) suspenda e paralise divulgação de atividades de ensino no Pará por atuar sem credenciamento e autorização do MEC.

A Faculdade Integrada do Brasil (Faibra) é alvo de uma determinação da Justiça Federal para suspender e paralisar de divulgar atividades de ensino no Pará, envolvendo cursos de graduação, "livre" ou de extensão. Segundo a Justiça, a instituição atua sem credenciamento e autorização do Ministério da Educação (MEC). A instituição é mantida pela Associação Educacional Cristã do Brasil (AECB). O G1 tenta contato com a mantenedora, mas ainda não obteve resposta.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), autor da ação, a juíza federal Hind Kayath citou que "a divulgação de resultado de processo seletivo para graduação veiculada no site da instituição não deixa dúvidas de que, além da oferta de curso de extensão com falsa promessa de aproveitamento, a Faibra também violou limites da autorização para oferecimento de cursos de graduação".

Ainda segundo a decisão, a AECB devem destacar a sentença na página oficial e ainda foi proibida de utilizar termos que "remetam a oferta de ensino superior".

O MPF informou que os réus Jessyca Lages de Carvalho Castro, Leonel Pavanello Filho e Jonas Garcia Dias foram condenados ao pagamento de R\$5 mil em indenização por

danos morais e a ressarcir valores pagos em matrículas, taxas e mensalidades, atualizados pela taxa Selic, para cada estudante. O três atuavam, respectivamente, como gestora, representante legal e diretor geral da instituição. A reportagem ainda tenta contato com a defesa dos réus.

Falsa promessa de diploma

A ação do MPF aponta que a faculdade tem autorização do MEC para ofertar curso de licenciatura em pedagogia, na modalidade presencial, apenas na sede em Teresina, no Piauí. De acordo com a sentença, cursos de graduação eram ofertados em Abaetetuba, Afuá, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Currealinho, Mãe do Rio, Melgaço, Portel e Tailândia, sem autorização do MEC.

Segundo as investigações, a instituição prometia desenvolver extensão universitária pelo Programa de Educação Continuada (Proec), informando que os cursos poderiam "ser aproveitados como conhecimentos adquiridos anteriormente, para aqueles que ingressem em um curso de graduação".

O MPF disse ainda que, além da oferta de atividades de ensino, em ao menos três cidades do Pará a faculdade também firmou Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) para receber alunos irregulares de outras instituições.

Em nota, o MPF orienta que para o site do MEC seja consultado para comprovar o credenciamento ou não das instituições de ensino ou através do número 0800-616161 (ramal 6).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Estudantes do ES reclamam de possíveis erros na correção do Enem
Candidatos afirmam que, embora tenham pontuado mais do que em provas anteriores, a nota final foi igual ou inferior ao resultado de outros anos.**

A confirmação por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de que houve erro na verificação de cerca de seis mil gabaritos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desencadeou uma série de suspeitas em relação à correção da prova. No Espírito Santo, candidatos que disputam vagas do curso de Medicina afirmam ter obtido uma nota inferior à que era esperada e temem não conseguir ingressar em uma universidade pública em função do possível erro.

Aos 19 anos, Victória Caseira Altoé fez pela segunda vez a prova do Enem. No entanto, apesar de ter obtido 960 pontos na redação - 20 pontos a mais do que no ano anterior - além de ter aumentado o número de acertos em relação à última prova, sua nota geral praticamente não se alterou.

Em função disso, a jovem não conseguiu alcançar a nota mínima de corte para se inscrever em uma das vagas de Medicina na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O Sisu (Sistema de Seleção Unificada) foi encerrado neste domingo (26).

"Não sei se os gabaritos foram trocados, mas minha filha e outros colegas foram prejudicados. Hoje eu liguei novamente para o MEC (Ministério da Educação) pedindo que corrijam novamente a prova dela, mas eles não dão repostas claras. Minha filha estudou muito para essa nota estar errada", lamenta Mônica Altoé, que é mãe de

Vitória.

Para além da insegurança em relação às notas, Mônica relata que os estudantes também encontraram dificuldades no processo de inscrição do Sisu, que contabilizou as notas dos estudantes para duas opções de curso e não uma, elevando as notas de corte.

Resultado inesperado

Situação semelhante é vivida pelos estudantes Brendo Bergamini, de 23 anos, e Thays Nantet, de 24. Pelo número de acertos contabilizados durante a conferência do gabarito, os dois acreditaram que haviam tido um desempenho melhor.

O resultado final, divulgado após a correção do Inep, chegou como uma surpresa e as perspectivas de ingressar na faculdade ainda no primeiro semestre de 2020 tornam-se mais distantes.

"A gente não tem como falar com certeza se houve erro no cálculo. Mas quando comparamos o resultado com o de outros outros anos, percebemos que houve, sim, uma discrepância. Eles falaram que havia tido erro mesmo, falaram que podíamos pedir soluções por meio de um e-mail, mas as respostas não chegam. Eu fiz mais de 76% da prova, consegui mais de 900 pontos na redação, mas a minha nota foi muito inferior em relação à do ano passado", afirma Thays.

Junto com a leva de reclamações em função dos erros na correção dos gabaritos, os estudantes passaram a desconfiar também do método utilizado para a correção das provas: A Teoria da Resposta ao Item (TRI), um sistema capaz de analisar as questões que o candidato respondeu corretamente e dar um peso específico para cada acerto.

"O TRI é uma coisa muito arbitrária e pouco transparente. Um algoritmo determinar o que você acha que é fácil ou difícil é muito subjetivo", reclama Brendo.

Representações no MPF

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF) do Espírito Santo, até o momento existem sete representações feitas no Estado contra o Inep e o Governo Federal em razão das notas do Enem.

No entanto, uma uma decisão liminar da Justiça Federal de São Paulo já determinou, em caráter nacional, que o resultado do Sisu - que deveria ser divulgado nesta terça-feira (28) - não seja revelado até que o Governo Federal comprove que já solucionou todos os erros. A Advocacia-Geral da União afirma que recorrerá da decisão.

A decisão foi obtida por uma ação movida pela Defensoria Pública da União, que pede que o MEC comprove documentalmente que a revisão das notas nas quais foram encontradas falhas de correção também foi aplicada para a readequação das notas de todos os candidatos do Enem em razão da Teoria da Resposta ao Item. Para isso, os parâmetros usados antes e depois da revisão devem ser comprovados.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, afirma que os erros encontrados nas correções geraram um ambiente de desconfiança e de insegurança, fazendo com que as reclamações dos candidatos surjam em diversos

estados brasileiros.

"Muitos têm recorrido à Justiça, há dezenas de ações judiciais. O que a gente pede é que seja feita uma auditoria. Os estudantes precisam ter a garantia de que suas provas foram corrigidas de maneira correta", pontua Iago.

A assessoria de imprensa da Advocacia Geral da União (AGU) foi procurada para responder aos questionamentos dos candidatos capixabas e informou que retornaria ao G1 assim que obtivesse tais informações. No entanto, até a publicação desta matéria, nenhuma resposta foi enviada.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Defensoria questiona Weintraub na Justiça por atender a pedido em rede social sobre erro no Enem

Ministro respondeu a apoiador do governo que questionou no Twitter sobre possível erro em nota da filha. Defensoria Pública alega ofensa ao princípio da impessoalidade.

A Defensoria Pública da União (DPU) questionou na Justiça, nesta segunda-feira (27), uma série de mensagens do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em uma rede social. Neste fim de semana, Weintraub respondeu pelo Twitter ao pai de uma aluna que solicitou a revisão da nota da filha no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O questionamento foi protocolado como um acréscimo no processo que já teve uma liminar - decisão provisória - que levou à suspensão da divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

No documento, a Defensoria alega que o ato do ministro foi uma "seriíssima ofensa ao princípio da impessoalidade, pilar da Administração Pública". A AGU questiona, também, o motivo de uma pessoa ter a solicitação atendida via redes sociais e não ter o mesmo tratamento utilizando o canal oficial criado pelo Ministério da Educação (MEC).

"Se aqueles que fazem pedidos informais nas redes sociais para revisão da nota são atendidos, por que não o são aqueles que o fizeram pelo canal criado pela própria Administração? E por que não se informa adequadamente cada um dos solicitantes da revisão, caso de fato ela já tenha sido realizada, já que o próprio Ministro da Educação pôde fazê-lo pelas redes sociais para alguém que aparentemente ele sequer conhece pessoalmente?", questiona o documento.

Outro ponto que o documento da AGU usa como argumento do questionamento é a resposta dada pela assessoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ao jornal "Folha de S. Paulo", que afirmou que "o instituto está revisando as provas de todas as pessoas que estão reclamando de maneira informal, por meio das redes sociais, mas que não dará respostas individuais a elas, como fez Weintraub em relação a seu apoiador".

A resposta do ministro

No sábado (25), um usuário enviou uma mensagem pelo Twitter a Weintraub na qual dizia: "Ministro, minha filha tem certeza que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? A Inês é morta?".

Na sequência, o usuário lembrou que o prazo para inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) se encerra neste domingo; e informou o número da inscrição da filha no Enem.

Em resposta, o ministro da Educação disse que passaria o caso "diretamente" para Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo Enem.

Cerca de uma hora depois, Weintraub declarou no Twitter que o caso já estava sendo analisado e publicou uma imagem com uma conversa de WhatsApp. Segundo a reprodução da conversa, Weintraub pergunta ao interlocutor: "caro Alê, tem como verificar?". O ministro obtém a seguinte resposta: "vou checar".

Mais tarde, Weintraub respondeu ao usuário do Twitter: "Veja a resposta abaixo". A postagem é acompanhada de um novo print de conversa do WhatsApp. Nas mensagens, o interlocutor diz: "Ministro, a participante teve a prova corrigida corretamente. Tudo confere. Fez a prova em Ribeirão Preto (SP). Conferido com a aplicadora. Não houve erro de associação no caso".

O usuário, então, agradeceu ao ministro pela iniciativa. "Mesmo assim, muito obrigado Ministro. Justiça feita e consciência tranquila", escreveu

Em outra postagem, publicada após a troca de mensagens com Weintraub, o usuário disse que a filha registrou reclamação no site do Ministério da Educação. "Porém, aproveitei o tweet do ministro e solicitei a checagem, para minha surpresa ele respondeu prontamente. Que seja feita justiça, porém o tempo urge, o Sisu termina amanhã", afirmou.

Em seu perfil no Twitter, o usuário se define como uma pessoa que torce pelo "Brasil verde e amarelo" e publica críticas ao Partido dos Trabalhadores.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mais de 18 mil candidatas se inscrevem em universidades do Tocantins pelo Sisu. Como cada um pode selecionar até duas opções de curso, o número de inscrições registradas foi de quase 30 mil. No estado, UFT e IFTO usam o sistema.

O Ministério da Educação informou que 18.807 candidatas se inscreveram para cursos em universidades do Tocantins que utilizam o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Como cada candidato pode se inscrever em até dois cursos, o número de inscrições registrada para o estado foi de 29.984. O prazo para fazer as inscrições já terminou, mas a divulgação dos resultados segue proibida pela Justiça.

Os resultados do Sisu estavam previstos para esta terça-feira (28). O MEC afirma que o cronograma de inscrições para o Programa Universidade para Todos (Prouni) e de matrículas nas universidades serão divulgados depois que a Justiça liberar a divulgação dos resultados.

No Tocantins, entre as universidades públicas, apenas a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) oferecem vagas pelo Sisu. A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) chegou a anunciar que ofereceria vagas,

mas desistiu em função de problemas técnicos que não têm relação com os erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que levaram a suspensão do Sisu.

Ao todo, as instituições que usam o Sisu no estado oferecem cerca de 1,5 mil vagas no estado. Em todo o Brasil, estão em disputa 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior. No país foram 1.795.211 pessoas inscritas, que realizaram 3.458.358 inscrições.

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

MEC suspende inscrições no ProUni

Como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspensa pela Justiça Federal, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior

Rio - O Ministério da Educação (MEC) informou na noite desta segunda-feira, 27, que vai suspender por tempo indeterminado a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo o ministério, como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspenso pela Justiça Federal, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior.

As inscrições para o ProUni teriam início nesta terça-feira, 28. Apesar de não abrir as inscrições, o ministério diz que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas que serão ofertadas.

No domingo, 23, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou o pedido da AGU para derrubar a decisão que suspendeu a divulgação do Sisu. Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no ProUni e Fies", disse o ministério em nota.

O caso

Na segunda-feira, 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. O ministro Abraham Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história".

Apesar de ter informado que encontrou erro em 5,9 mil provas, o MEC recebeu mais de 175 mil pedidos de correção da nota, mas não respondeu aos candidatos se fez uma reavaliação ou uma justificativa que comprovasse que a correção estava segura.

O DIA - PI - POLÍTICA

Bolsonaro diz que reforma administrativa pode ser enviada junto com a tributária O presidente descartou a criação do imposto do pecado, contradizendo Paulo Guedes

O presidente Jair Bolsonaro afirmou em entrevista em Deli, na Índia, onde está em visita oficial, que a reforma administrativa "está praticamente pronta" e pode ser enviada ao Congresso ao mesmo tempo que a tributária.

"A reforma administrativa está praticamente pronta, só falta conversar e ter a última palavra com o ministro Paulo Guedes", disse Bolsonaro.

Segundo o presidente, é possível que o governo mande a reforma administrativa e a tributária para o Congresso ao mesmo tempo.

"Tem que aproveitar, porque tem eleições municipais e a partir de junho. Pode mandar as duas juntas, não tem problema nenhum", disse.

Indagado sobre os erros do Enem, Bolsonaro afirmou que quem poderia falar sobre o assunto é o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

"Sempre há erros no Enem, sempre há. A Justiça vai decidir o que tem que fazer."

Na sexta-feira (24), em entrevista após chegar a Deli, Bolsonaro afirmou que não haverá nenhum imposto do pecado, sobre bebidas açucaradas, álcool e cigarro, contradizendo o ministro da Economia.

(Folhapress)

topo ↕

CARIRI NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Defesa do criacionismo provoca polêmica em torno de paraibano que assume a Capes

O novo presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão ligado ao Ministério da Educação, defende a abordagem educacional do criacionismo em "contraponto à teoria da evolução".

Evangélico, Benedito Guimarães Aguiar Neto era reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie desde 2011 e foi nomeado nesta sexta-feira (24) para compor o governo Jair Bolsonaro.

No ano passado, Aguiar Neto anunciou que o Mackenzie, de São Paulo, ampliaria os estudos do chamado design inteligente – uma roupagem contemporânea do criacionismo, que advoga uma natureza teológica da origem do universo.

Desde 2017 o Mackenzie tem um núcleo de estudos sobre isso. O termo design inteligente tem sido usado exatamente nas discussões que advogam a abordagem do tema na educação. Para seus defensores, a teoria darwinista seria insuficiente para explicar a origem da vida.

Há um consenso científico de que design inteligente ou criacionismo não são ciência. Em 2014, o governo do Reino Unido proibiu o ensino do criacionismo, ou design inteligente, como teoria científica em escolas e universidades públicas.

Em outubro passado, o Mackenzie realizou um congresso sobre design inteligente. Na ocasião, Aguiar Neto disse ao site da universidade que quer disseminar esse entendimento na educação básica:

“Queremos colocar um contraponto à teoria da evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”.

A Folha questionou o MEC e a **Capes**, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Aguiar Neto substituiu **Anderson Correia**, que decidiu deixar o governo Bolsonaro.

Responsável pela pós-graduação no país, o órgão é ligado ao MEC (Ministério da Educação). A **Capes** também financia pesquisadores e, no passado, teve 8% das bolsas cortadas.

Sua nomeação, publicada nesta sexta-feira (24) no Diário Oficial da União, reforça a relação do MEC com o setor privado de ensino superior e também faz um aceno a lideranças evangélicas.

Com a saída de Anderson, o governo Bolsonaro consolida uma marca: todos os cargos importantes do MEC tiveram alterações em pouco mais de um ano de governo. Da equipe montada pelo ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, o MEC só manteve o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, apadrinhado pelo escritor Olavo de Carvalho.

Aguiar Neto é graduado e mestre em engenharia elétrica pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), doutor na área pela Technische Universität Berlin, na Alemanha, e pós-doutorado pela Universidade de Washington, nos EUA.

Ele também teve atuação em entidades representativas do setor privado de ensino superior. Foi presidente do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) e da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas.

O nome de Aguiar Neto já era dado como certo desde o fim do ano passado. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia recebido o professor no dia 11 de dezembro.

A troca no comando da **Capes** era esperada desde outubro de 2019. Na época, a Folha de S.Paulo revelou que **Anderson Correia** havia se candidato para o cargo de reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), cargo que ocupou antes de integrar o governo Jair Bolsonaro.

A nomeação dele saiu em dezembro e Correia assume o cargo na segunda-feira (27). Superado um distanciamento inicial, Correia, que é evangélico, e Weintraub se aproximaram. Na **Capes**, porém, a imagem de Correia foi abalada pelos cortes de bolsas, o que culminou em protestos de servidores, e também por seu apoio aos planos de fusão do órgão com o CNPq.

A Folha de S.Paulo revelou no ano passado que uma decisão atípica da **Capes** liberou

um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Veronezi, da Unisa, diz que não tentou interferir no processo e que esteve na **Capes**, durante o período de análise, apenas para expor o novo bom momento da universidade - isso estaria sendo ignorado pelos avaliadores.

“Eu aproveitei que conhecia o Anderson [presidente da **Capes**], não tenho nenhuma outra relação com ele, disse para ele da dificuldade que estava havendo no curso de pós-graduação, que a reitora me disse que ia e voltava, ia e voltava. Falei: ‘Olha, Anderson, vai, passa lá e vê a realidade da instituição’”, disse o empresário.

Na Universidade Mackenzie, além de reitor, Benedito Aguiar Neto foi membro dos conselhos Deliberativo e Universitário. Ele também é membro Honorário da Força Aérea Brasileira, com as medalhas Amigos da Marinha e Exército Brasileiro.

topo ↕

OCP NEWS - TEMPO REAL

Udesc Esag abre processo seletivo para mestrado e doutorado em Administração

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) está com processo seletivo aberto para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) – uma das unidades da Udesc em Florianópolis.

São 17 vagas para o mestrado profissional, 15 para o mestrado acadêmico e 12 para o doutorado, todos na área de Administração. Os cursos são gratuitos e bem avaliados pela **Capes**, órgão regulador do Ministério da Educação (MEC).

As inscrições estarão abertas de 16 de março a 14 de abril, pela internet, mas antes é preciso ter feito o Teste Anpad – Orientação Acadêmica.

Organizado pela Associação Nacional Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), o teste tem validade de dois anos e é usado como um dos critérios de seleção para vários programas de pós-graduação na área. Candidatos que ainda não fizeram a prova precisam se inscrever até 10 de fevereiro para a próxima edição, marcada para 15 de março.

Quem for fazer a prova agora deve observar que, diferente dos anos anteriores, a Anpad fará dois tipos de teste em 2020: o de Orientação Acadêmica e o de Orientação Profissional. Mas para se candidatar ao mestrado ou doutorado na Udesc Esag, conforme o edital, é aceito apenas o de Orientação Acadêmica (inclusive para ingressar no mestrado profissional).

Faça aqui sua inscrição no Teste Anpad de Orientação Acadêmica
Processo seletivo

Até de ter prestado o Teste Anpad – Orientação Acadêmica, o edital do processo seletivo exige outros requisitos. Para o mestrado profissional ou acadêmico, os candidatos devem ter diploma de graduação em qualquer área. Para concorrer a uma vaga no doutorado, é preciso ter mestrado. Cada candidato só pode se inscrever em um

dos três cursos oferecidos.

As vagas são distribuídas de acordo com as especialidades dos grupos de pesquisa da Udesc Esag, conforme a tabela publicada no edital. Os candidatos serão selecionados com base na área de especialidade escolhida, que deve ser informada na inscrição.

A seleção dos novos mestrandos e doutorandos terá três etapas. A primeira é uma prova escrita, classificatória e eliminatória. Os candidatos aprovados nessa prova passam à segunda etapa, que inclui a análise da proposta de pesquisa e o resultado do Teste Anpad. Os aprovados nessa fase serão então submetidos à última etapa, com prova oral e avaliação do currículo.

Os selecionados deverão fazer a matrícula no período de 13 a 15 de julho. As aulas começam em 5 de agosto.

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Paraibano nomeado presidente da Capes, defende debate de criacionismo como contraponto à teoria da evolução

O novo presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o paraibano Benedito Guimarães Aguiar Neto, defende a formação de 1 núcleo de ciência, fé e sociedade com o objetivo de pesquisar o “design inteligente” – uma hipótese pseudocientífica contrária à Teoria da Evolução, de Charles Darwin. Benedito foi nomeado nesta sexta-feira presidente **Capes**.

Benedito é um defensor da teoria do design inteligente, que defende as discussões sobre o criacionismo. Em uma palestra realizada em outubro do ano passado, quando ainda estava à frente da Mackenzie, ele defendeu que a universidade amplie os estudos sobre a área.

— Queremos colocar um contraponto à teoria da evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo — disse.

Evangélico, Benedito Guimarães Aguiar Neto era reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie desde 2011 e foi nomeado nesta sexta-feira (24) para compor o governo Jair Bolsonaro.

No ano passado, Aguiar Neto anunciou que o Mackenzie, de São Paulo, ampliaria os estudos do chamado design inteligente – uma roupagem contemporânea do criacionismo, que advoga uma natureza teológica da origem do universo.

Desde 2017 o Mackenzie tem um núcleo de estudos sobre isso. O termo design inteligente tem sido usado exatamente nas discussões que advogam a abordagem do tema na educação. Para seus defensores, a teoria darwinista seria insuficiente para explicar a origem da vida.

Aguiar tem graduação e mestrado em engenharia elétrica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde também foi diretor do Centro de Ciências e Tecnologia, de 1997 a 2005.

Fez doutorado na Alemanha, na Universidade Técnica de Berlim, e pós-doutorado na

Universidade de Washington (EUA), como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É reitor da paulistana Mackenzie desde 2011 e também ocupou, entre 2016 e 2019, o posto de presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Entenda a decisão da Justiça que barrou a divulgação dos resultados do Sisu. Determinação ocorreu nesta sexta-feira e deverá vigorar até que o MEC esclareça o erro nas notas do Enem. Atraso pode ter efeito sobre cronograma de universidades

Redação, O Estado de S.Paulo

SÃO PAULO - O resultado do processo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) não poderá ser divulgado até que o governo federal comprove que o erro na correção das provas foi totalmente solucionado, seguindo determinação da Justiça Federal desta sexta-feira, 24. O que isso representa para quem está aguardando o resultado? Quais serão as consequências para o cronograma estabelecido? Entenda o assunto em perguntas e respostas.

Qual foi a determinação da Justiça sobre o Sisu?

A decisão determina que o processo do Sisu seja suspenso assim que as inscrições forem encerradas no domingo, 26. Ou seja, que a próxima fase do processo, a divulgação dos resultados prevista para terça-feira, 28, está suspensa.

Quem realizou o pedido à Justiça?

A decisão foi obtida por uma ação movida pela Defensoria Pública da União, em pedido de tutela cautelar, para que o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) comprovem "documentalmente" que a revisão das notas, nas quais foram identificadas falhas, foram consideradas para readequação das correções de todos os 3,9 milhões de candidatos.

A DPU pedia na ação que as inscrições no Sisu permanecessem abertas até a que o MEC apresentasse as explicações, o que foi negado pela Justiça Federal. A decisão judicial, no entanto, entendeu que "não há fundamento fático a justificar a intervenção judicial" nessa fase. Por isso, acolheu parcialmente o pedido da defensoria, suspendendo apenas a divulgação do resultado. As inscrições continuam, então, até este domingo, 26.

Qual havia sido o erro do MEC nas notas do Enem?

Na segunda-feira, 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, entre 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento feito.

Quais são as consequências esperadas?

A suspensão da divulgação das notas do Sisu pode prejudicar o calendário letivo das universidades federais, que terão o período de matrículas alterado e conseqüentemente o início das aulas. O Estado apurou que o cronograma atual do Sisu já é considerado apertado pelas instituições de ensino, que há anos pedem ao MEC para que as notas do

Enem e o sistema de seleção sejam adiantados para que possam ter mais tempo para matricular os estudantes.

Há outros impactos esperados?

O atraso também afeta outros programas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (Fies), que são opções de acesso ao ensino superior privado para os estudantes que não conseguiram uma vaga nas instituições públicas.

Há outras ações em tramitação?

Nesta sexta-feira, o Ministério Público Federal (MPF) também entrou com ação na Justiça Federal em Minas Gerais pedindo que seja determinada a suspensão das inscrições e a consequente alteração dos calendários 2020 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O que diz o governo federal?

O Ministério da Educação (MEC) informou que a Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão liminar. A AGU diz que, assim como em outras ações que questionam as notas do Enem, está prestando todos os esclarecimentos necessários sobre as medidas adotadas para manter a regularidade dos processos e evitar o prejuízo que eventual alteração de cronograma relacionado ao Sisu pode acarretar também para outras políticas na área de educação, como ProUni e Fies.

Correções

26/01/2020 | 19h21

Diferentemente do que dizia uma versão anterior da reportagem, a Defensoria Pública da União (DPU) não pediu na ação a suspensão imediata do processo do Sisu. A informação correta é que a DPU solicitou que o sistema de inscrições permanecesse aberto até que o MEC apresentasse a comprovação da adequação das notas, o que não foi acatado pela Justiça.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

TRF-3 nega pedido do governo e mantém suspensa a divulgação do resultado do Sisu

8ª Vara Cível de SP ordenou que o governo comprove que o erro na correção das provas do Enem 2019 foi totalmente solucionado; Governo ainda pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal

BRASÍLIA - A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou na noite deste domingo, 23, o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para derrubar a decisão que suspende a divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), cujas inscrições foram encerradas às 23h59 de domingo.

O governo ainda pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Com a decisão do TRF-3, segue em vigor a liminar (decisão provisória) concedida pela Justiça Federal de São Paulo - que impede que os resultados sejam divulgados nesta terça-feira, 28, data estimada pelo governo.

Para a presidente do TRF-3, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

Enem 2019

"Dar prosseguimento ao cronograma, nessa direção, sem enfrentar adequadamente as consequências de algo ocasionado pela própria União Federal é que é um risco à política educacional do País, e não o contrário, porque implica, como fica claro do que consta nestes autos, validar os resultados de um exame, utilizando-o para definir o futuro das pessoas e balizar políticas públicas, sem que houvesse um grau mínimo de transparência a respeito dos pedidos apresentados pelos candidatos e uma reavaliação do impacto que o equívoco teve para os demais candidatos", afirma Therezinha Cazerta na decisão.

A 8ª Vara Cível de SP ordenou que o governo comprove que o erro na correção das provas do Enem 2019 foi totalmente solucionado. Segundo o Inep, órgão responsável pelo exame, após a revisão, foram identificados problemas em cerca de seis mil provas. Ao todo, 3,9 milhões de pessoas fizeram o Enem 2019.

Para a AGU, a decisão de São Paulo representa "prejuízo a todos os estudantes que obtiveram nota necessária e que não poderão ingressar desde logo e mais brevemente em instituição pública de ensino superior".

A desembargadora destacou que a suspensão de liminar é "um mecanismo processual excepcional", que não pode servir para corrigir uma decisão da instância inferior. Para ser concedida, deve afetar valores como saúde, segurança e economia pública.

Por isso, na avaliação dela, o argumento do governo de que um juiz de São Paulo não poderia ter decidido, porque uma ação parecida chegou primeiro na Justiça em Brasília, não serve para suspender a liminar. Conforme a desembargadora, cabe ao governo recorrer nas vias próprias para tentar enviar o processo para Brasília.

Therezinha Cazerta afirmou também que, segundo a Defensoria Pública da União em SP, "houve um equívoco na correção das provas" do Enem.

Segundo a desembargadora, há um problema "evidente" porque quase 6 mil candidatos tiveram as provas novamente corrigidas e também é preciso atentar para a metodologia aplicada aos demais candidatos.

"Assim, mais do que apenas corrigir as provas em que havia o erro gráfico - primeiro aspecto do problema - seria necessário colher uma nova amostra - fazendo-o de um universo em que todas as provas estivessem corretamente corrigidas -, calibrando os itens do exame novamente e produzindo, por consequência, uma nova correção de todas as provas, em que aplicados esses novos parâmetros."

Por essa razão, segundo Therezinha Cazerta, a Justiça de São Paulo pediu que o governo comprovasse que a situação foi resolvida. A desembargadora afirmou ainda que o governo não conseguiu comprovar que haverá prejuízo com a suspensão do processo do Sisu até uma averiguação detalhada.

Ela afirmou ainda que a situação provocou uma "crise" de "confiabilidade" em relação ao Enem. E que o governo não pode se recusar a dar uma "satisfação transparente".

"Os efeitos decorrentes da decisão do juízo de primeiro grau - a exigência de que o Estado forneça uma resposta transparente e adequada, mesmo que ausente mudança de nota, àqueles que o solicitaram - não são inócuos, mas, pelo contrário, traduzem-se na proteção aos direitos dos concorrentes ao exame de terem os esforços que despenderam na realização da prova respeitados pelo ente público", diz trecho da decisão.

Conforme a desembargadora, a decisão de primeira instância "exige, em síntese, que a União Federal aja com um mínimo de responsabilidade em relação à situação por ela própria criada, fornecendo uma resposta".

Para ela, o governo precisa responder se o erro "prejudicou ou beneficiou" alguém. "Nesse sentido, ao contrário do que consta na nota, a pergunta que incumbe à União Federal responder, de forma clara e direta é se a utilização de uma amostra em que contidas provas corrigidas equivocadamente prejudicou ou beneficiou algum candidato do Exame Nacional do Ensino Médio relativamente aos demais - algo que, reitere-se, não está claro dos autos", declarou Therezinha Cazerta.

Erro

Na última segunda-feira, 20, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, disse que um erro na gráfica Valid Soluções S.A. provocou falha na correção de gabaritos.

Lopes afirmou que a gráfica imprime o caderno de questões do candidato, que é identificado com um código de barras do aluno. Depois, imprime o cartão de respostas (gabarito), que também tem um código. Outra máquina une estes dois documentos. O erro ocorreu nesta união e na geração do código de barras.

"O que acontece? A gráfica imprimiu a prova e um cartão resposta. Tem um código de barras do aluno. Uma outra máquina pega essa prova e faz a associação com o gabarito e grampeia. Neste momento, temos o código de barras da prova e o código de barras do cartão resposta. Há um casamento: a associação entre a prova e o participante. Neste processamento da gráfica foi onde ocorreram estas inconsistências", disse Lopes.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Adaptação escolar, bem-vindo ao início do ano!

Algumas escolas começam as aulas entre hoje e amanhã. Outras, semana que vem. Começa também o processo de se adaptar ao que vem de novo. Seja dos novos alunos que chegam, seja dos habituados que chegam novo, num espaço já conhecido

Como parte da minha segunda graduação em Pedagogia, cumprimos horas de estágio semestrais desde o início da Faculdade. Ano passado, num desses momentos, vivi a adaptação do ano letivo. Pelas crianças que chegavam depois de dias longos de férias e por mim, que chegava de novo, na mesma escola, mas por uma nova porta. Eu era nova ali, ainda que não fosse. As crianças eram novas ali, ainda que algumas também não fossem.

Chegou junto da gente a palavra “acolher” e lá fui eu atrás dela em dicionários, sinônimos, autores de pedagogia e dentro de mim. Sim, eu precisava encontrar o acolhimento dentro de mim neste processo todo de adaptação escolar.

Adaptar é verbo, o que pressupõe algo que está em movimento, em ação. Verbo transitivo direto tem sentido na frase de “fazer acomodar”. Etimologicamente, tem origem no latim *adaptare* – tornar capaz de. Tem como antônimo a palavra “desacomodar”. É preciso sair do conforto, sentir-se desconfortável, para poder adaptar-se a algo novo. Entendi onde estava – ou estávamos todos.

Na porta da classe em que eu estagiaria um boas-vindas, a todos: “Um novo ano, um olhar para o espaço externo. Um novo balanço! Cadê o balanço que estava aqui?”. Cadê? As coisas mudam. Mudam de lugar, de perspectiva, de tamanho e de importância. Simplesmente mudam. Feito as coisas passageiras – ainda que isso nada tenha a ver com a velocidade do tempo e sim sobre o tempo que caminha.

cartaz escola

Um processo forte que precisa de coragem. Precisa de acolhimento das coisas que a gente carrega no peito. E dá medo. A gente espia pela fresta. Precisa encher o peito de ar. Às vezes, a gente precisa também de uma mão pra segurar. De algum apoio. Não muleta. Apoio que tem conforto e não confronto. Os confrontos são internos e eles sim passam. Feito tempo passageiro – aqui sim.

E as férias passaram por esta velocidade. Correram da gente. Escaparam pelas infinitas risadas, conversas, programas e brincadeiras que fizemos juntos. Eu e meus filhos. Você que está lendo e os teus filhos, também. Tem escola nova que vai começar, ainda que não seja totalmente nova para todos. Alguns mudam apenas de classe, de ano. Alguns mudam tudo.

Eu não sei ele (sei sim), mas sei que eu estou com medo. Sim, mães sentem medo quando o filho muda de escola. Pensar nos amigos que, de alguma forma, ele deixa para trás ou no recreio que ele deve passar sozinho perambulando pelo pátio, dá um medo danado na gente. Medo. Sim, mães sentem medo e eu estou agarrada nele fingindo não estar. Tentando contar ao Felipe coisas que ainda não consegui contar a mim mesma. Talvez porque precise acolher. Feito acolhimento daquele que falava no começo do texto. Acolher o sentimento. Pousar o olhar nesse sentir tão gigante.

Doer vai. Pra mim e pra ele. Disso não carrego dúvidas. Porque a gente não se esquiva do sentir. Mas “habitar esse espaço é acolher o que os olhos não veem, o que o corpo sente, conhece ou estranha. Habitar o mesmo espaço, sob diferente ponto de vista, com pergunta atualizadas pelo tempo e pela experiência” – dizia a outra parte do cartaz do começo do ano, do começo do texto.

Susanne Langer foi uma educadora e filósofa americana que se tornou conhecida por suas teorias sobre a influência da arte na mente. Ela falava do olhar e de como o olhar era construtor deste processo. “Ver é em si um processo de formulação; nosso entendimento do mundo visível começa pelos olhos”. Visível e sensível. daquelas que guardamos dentro da gente para significar. Algo se soma ao olhar. E para a gente ampliar é preciso ampliar o repertório, os olhares. Os ângulos, as diversidades, as

versões e as histórias. Porque é preciso viver da própria transformação. Do conhecimento que se realiza.

“Eu vo-lo digo: é preciso ter ainda um caos dentro de si para gerar uma bailarina”, Nietzsche. Que as minhas borboletas na barriga e as borboletas do Felipe possam ser bailarinas.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Vouchers de Guedes na educação infantil

Como parte da estratégia do governo federal de combate à desigualdade, vem aí um “gigantesco” programa de vouchers na educação infantil. A proposta foi anunciada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em seu discurso na semana passada, no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Vouchers são uma espécie de cheque que o governo repassa diretamente às famílias, para que escolham, com esses recursos públicos, uma escola privada para seus filhos. Um de seus maiores defensores foi o economista Milton Friedman (1912-2006), prêmio Nobel de Economia e professor da Universidade de Chicago, onde Guedes foi também aluno.

A ideia de que a população será melhor atendida na educação se o Estado fomentar a iniciativa privada, dando às famílias o poder de escolher com recursos públicos as escolas ou creches particulares de sua preferência, é das mais controversas na educação. Uma das poucas experiências em larga escala aconteceu no Chile. Há muito a aprender com erros e acertos de políticas públicas por lá. No caso dos vouchers, a experiência chilena é citada em estudos acadêmicos principalmente por ter ampliado a desigualdade de oportunidades educacionais, objetivo exatamente oposto ao citado pelo ministro em defesa da ideia.

No caso da educação infantil, vale lembrar que prefeituras já financiam o atendimento em creches privadas para crianças que não conseguiram vagas no setor público. Talvez não seja exatamente o modelo que Guedes e o governo têm na cabeça, mas a experiência em várias cidades mostra que não há como fugir do problema do subfinanciamento. As instituições que atendem essas crianças não são creches privadas com altas mensalidades. São organizações da sociedade civil que, constantemente, reclamam do baixo valor a elas repassado. E que também sofrem críticas muitas vezes por prestarem um serviço de pior qualidade.

Entre 2000 e 2015, houve um aumento no investimento público por aluno na educação básica brasileira, mas os valores mais recentes calculados pelo Inep mostram que o gasto anual per capita era de aproximadamente R\$ 6.400 em 2015, o que dava uma mensalidade ao redor de R\$ 530. Se esse valor fosse repassado para a matrícula de um estudante numa instituição privada, teríamos que incluir nele também livros didáticos, uniforme, alimentação e transporte. E não poderia haver nenhuma forma de seleção de alunos, ou seja, esses estabelecimentos teriam que aceitar exatamente o mesmo público atendido na rede pública.

Um dos poucos Estados que tentou, para além de convênios em creches, apostar num modelo de financiamento público para escolas privadas na educação básica foi Goiás, durante o governo de Marconi Perillo (PSDB). A Secretaria Estadual de Educação,

porém, desistiu da medida ao se decepcionar com a qualidade da iniciativa privada que se ofereceu para atender a demanda.

Se Guedes estiver mesmo interessado em apoiar uma iniciativa para a primeira infância que reduza desigualdades, seria mais produtivo se inspirar em outro economista da Universidade de Chicago, mais atual, e igualmente laureado com o Nobel: James Heckman. Seus estudos mostram que as políticas para a primeira infância têm alto retorno. Mas demandam investimento num conjunto de políticas públicas intersetoriais e de alta qualidade, com foco não apenas nas crianças, mas também no suporte às famílias mais vulneráveis.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

TRF-3 nega pedido do governo e mantém suspensa divulgação do resultado do Sisu

Desembargadora disse que governo ainda precisa dar posicionamento seguro e transparente sobre correção do Enem. Advocacia-Geral da União pode recorrer ao STJ ou ao STF.

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou na noite deste domingo (26) pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para derrubar a decisão que suspende a divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) assim que as inscrições forem encerradas – às 23h59 deste domingo.

O governo ainda pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Procurada pela TV Globo, a AGU disse que recorrerá da decisão da desembargadora, mas ainda avalia se o recurso será apresentado ao STJ ou ao STF.

Com a decisão do TRF-3, segue em vigor a liminar (decisão provisória) concedida pela Justiça Federal de São Paulo – que impede que os resultados sejam divulgados na terça-feira (28), data estimada pelo governo.

Para a presidente do TRF-3, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

"Dar prosseguimento ao cronograma, nessa direção, sem enfrentar adequadamente as consequências de algo ocasionado pela própria União Federal é que é um risco à política educacional do país, e não o contrário, porque implica, como fica claro do que consta nestes autos, validar os resultados de um exame, utilizando-o para definir o futuro das pessoas e balizar políticas públicas, sem que houvesse um grau mínimo de transparência a respeito dos pedidos apresentados pelos candidatos e uma reavaliação do impacto que o equívoco teve para os demais candidatos", afirma Therezinha Cazerta na decisão.

A 8ª Vara Cível de SP ordenou que o governo comprove que o erro na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 foi totalmente solucionado.

Para a AGU, a decisão de São Paulo representa "prejuízo a todos os estudantes que obtiveram nota necessária e que não poderão ingressar desde logo e mais brevemente

em instituição pública de ensino superior".

O que diz a desembargadora

Na decisão de 24 páginas, a desembargadora destacou que a suspensão de liminar é "um mecanismo processual excepcional", que não pode servir para corrigir uma decisão da instância inferior. Para ser concedida, deve afetar valores como saúde, segurança e economia pública.

Por isso, na avaliação dela, o argumento do governo de que um juiz de São Paulo não poderia ter decidido, porque uma ação parecida chegou primeiro na Justiça em Brasília, não serve para suspender a liminar. Conforme a desembargadora, cabe ao governo recorrer nas vias próprias para tentar enviar o processo para Brasília.

Therezinha Cazerta afirmou também que, segundo a Defensoria Pública da União em SP, "houve um equívoco na correção das provas" do Enem.

Segundo a desembargadora, há um problema "evidente" porque quase 6 mil candidatos tiveram as provas novamente corrigidas e também é preciso atentar para a metodologia aplicada aos demais candidatos.

"Assim, mais do que apenas corrigir as provas em que havia o erro gráfico – primeiro aspecto do problema – seria necessário colher uma nova amostra – fazendo-o de um universo em que todas as provas estivessem corretamente corrigidas –, calibrando os itens do exame novamente e produzindo, por consequência, uma nova correção de todas as provas, em que aplicados esses novos parâmetros."

Por essa razão, segundo Therezinha Cazerta, a Justiça de São Paulo pediu que o governo comprovasse que a situação foi resolvida. A desembargadora afirmou ainda que o governo não conseguiu comprovar que haverá prejuízo com a suspensão do processo do Sisu até uma averiguação detalhada.

Ela afirmou ainda que a situação provocou uma "crise" de "confiabilidade" em relação ao Enem. E que o governo não pode se recusar a dar uma "satisfação transparente".

"Os efeitos decorrentes da decisão do juízo de primeiro grau – a exigência de que o Estado forneça uma resposta transparente e adequada, mesmo que ausente mudança de nota, àqueles que o solicitaram – não são inócuos, mas, pelo contrário, traduzem-se na proteção aos direitos dos concorrentes ao exame de terem os esforços que despenderam na realização da prova respeitados pelo ente público", diz trecho da decisão.

Conforme a desembargadora, a decisão de primeira instância "exige, em síntese, que a União Federal aja com um mínimo de responsabilidade em relação à situação por ela própria criada, fornecendo uma resposta".

Para ela, o governo precisa responder se o erro "prejudicou ou beneficiou" alguém. "Nesse sentido, ao contrário do que consta na nota, a pergunta que incumbe à União Federal responder, de forma clara e direta é se a utilização de uma amostra em que contidas provas corrigidas equivocadamente prejudicou ou beneficiou algum candidato do Exame Nacional do Ensino Médio relativamente aos demais – algo que, reitera-se,

não está claro dos autos", declarou Therezinha Cazerta.

O que diz o governo

No recurso de 60 páginas apresentado ao TRF-3, a AGU informou que não foi formalmente notificada da decisão da Justiça de São Paulo, mas que recorreu antes disso "diante do grave risco de lesão para todos os programas do Ministério da Educação de acesso à educação superior". Isso porque, ao suspender o Sisu após o prazo de inscrições, também podem ficar comprometidos o Prouni e o Fies.

O governo disse ao TRF-3 que, assim que os problemas foram detectados, tomou "todas as medidas administrativas necessárias para solução dos problemas" e que há diversas ações protocoladas no país, inclusive antes da que chegou em São Paulo, e por isso o juízo do estado não deveria ser responsável pelas ações. Para o governo, a Justiça do Distrito Federal recebeu antes um processo e, portanto, deveria ser o único responsável por analisar ações sobre o tema.

A AGU diz ainda que a Defensoria Pública, autora da ação que gerou a decisão, tem competência apenas para interesses de pessoas necessitadas. "A DPU não apresenta legitimidade para a defesa dos interesses específicos desse grupo de alunos sem que tenha sido feita uma avaliação do real estado da hipossuficiente desses alunos", afirma o recurso.

Falha no Enem

Na última segunda-feira (20), o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, disse que um erro na gráfica Valid Soluções S.A. provocou falha na correção de gabaritos.

Lopes afirmou que a gráfica imprime o caderno de questões do candidato, que é identificado com um código de barras do aluno. Depois, imprime o cartão de respostas (gabarito), que também tem um código. Outra máquina une estes dois documentos. O erro ocorreu nesta união e na geração do código de barras.

"O que acontece? A gráfica imprimiu a prova e um cartão resposta. Tem um código de barras do aluno. Uma outra máquina pega essa prova e faz a associação com o gabarito e grampeia. Neste momento, temos o código de barras da prova e o código de barras do cartão resposta. Há um casamento: a associação entre a prova e o participante. Neste processamento da gráfica foi onde ocorreram estas inconsistências", disse Lopes.

Segundo o Inep, órgão responsável pelo exame, após a revisão, foram identificados problemas em cerca de seis mil provas. Ao todo, 3,9 milhões de pessoas fizeram o Enem 2019.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro da Educação atende a pedido em rede social e determina verificação de resultado de participante do Enem

Pai de concorrente disse que filha tinha certeza de que a prova não teve correção adequada. Abraham Weintraub afirmou que encaminharia caso diretamente para o presidente do Inep.

Por G1 — Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, atendeu ao pedido de um usuário do Twitter e determinou neste sábado (25) a verificação da nota de uma participante do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A informação foi divulgada pelo jornal "Folha de S. Paulo" neste domingo (26).

Na noite deste sábado, o usuário da rede social enviou mensagem a Weintraub na qual dizia: "Ministro, minha filha tem certeza que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? A Inês é morta?".

Na sequência, o usuário lembrou que o prazo para inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) se encerra neste domingo; e informou o número da inscrição da filha no Enem.

Em resposta, o ministro da Educação disse que passaria o caso "diretamente" para Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo Enem.

Cerca de uma hora depois, Weintraub declarou no Twitter que o caso já estava sendo analisado e publicou uma imagem com uma conversa de WhatsApp. Segundo a reprodução da conversa, Weintraub pergunta ao interlocutor: "caro Alê, tem como verificar?". O ministro obtém a seguinte resposta: "vou checar".

Mais tarde, Weintraub respondeu ao usuário do Twitter: "Veja a resposta abaixo". A postagem é acompanhada de um novo print de conversa do WhatsApp. Nas mensagens, o interlocutor diz: "Ministro, a participante teve a prova corrigida corretamente. Tudo confere. Fez a prova em Ribeirão Preto (SP). Conferido com a aplicadora. Não houve erro de associação no caso".

O usuário, então, agradeceu ao ministro pela iniciativa. "Mesmo assim, muito obrigado Ministro. Justiça feita e consciência tranquila", escreveu.

Em outra postagem, publicada após a troca de mensagens com Weintraub, o usuário disse que a filha registrou reclamação no site do Ministério da Educação. "Porém, aproveitei o tweet do ministro e solicitei a checagem, para minha surpresa ele respondeu prontamente. Que seja feita justiça, porém o tempo urge, o Sisu termina amanhã", afirmou.

Em seu perfil no Twitter, o usuário se define como uma pessoa que torce pelo "Brasil verde e amarelo" e publica críticas ao Partido dos Trabalhadores.

Na reportagem, a "Folha de S.Paulo" diz que há pelo menos 24 ações individuais na Justiça e uma ação civil pública do Ministério Público Federal de Minas Gerais que pedem nova correção do Enem, após a ocorrência de falhas.

Ao jornal, o Inep declarou que o órgão está revisando as provas de todas as pessoas que estão reclamando de maneira informal, por meio das redes sociais, mas que não dará respostas individuais, como fez Weintraub no caso citado nesta reportagem.

Falha no Enem

Na última segunda-feira (20), o presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que um erro na gráfica Valid Soluções S.A. provocou falha na correção de gabaritos.

Lopes afirmou que a gráfica imprime o caderno de questões do candidato, que é identificado com um código de barras do aluno. Depois, imprime o cartão de respostas (gabarito), que também tem um código. Outra máquina une estes dois documentos. O erro ocorreu nesta união e na geração do código de barras.

"O que acontece? A gráfica imprimiu a prova e um cartão resposta. Tem um código de barras do aluno. Uma outra máquina pega essa prova e faz a associação com o gabarito e grampeia. Neste momento, temos o código de barras da prova e o código de barras do cartão resposta. Há um casamento: a associação entre a prova e o participante. Neste processamento da gráfica foi onde ocorreram estas inconsistências", disse Lopes.

Segundo o Inep, após a revisão, foram identificados problemas em cerca de seis mil provas. Ao todo, 3,9 milhões de pessoas fizeram o Enem 2019.

Suspensão do Sisu

Na última sexta-feira (24), a Justiça Federal em São Paulo suspendeu o processo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) assim que as inscrições forem encerradas – às 23h59 deste domingo (26).

A Justiça ordenou que o governo comprove que o erro na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 foi totalmente solucionado.

A liminar (decisão provisória), se não for derrubada, impede que os resultados sejam divulgados na terça-feira (28), data estimada.

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu na tarde deste sábado (25) ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) da decisão da Justiça de São Paulo.

O recurso do governo será analisado por um desembargador do TRF-3. Não há prazo definido para decisão, mas a AGU pediu urgência.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

AGU ainda não recorreu de decisão que suspendeu divulgação de resultados do Sisu, prevista para esta terça

Divulgação está sob disputa após MEC admitir que houve erro na correção do Enem 2019; resultado no exame é critério para concorrer a uma das 237,1 mil vagas em universidades públicas disputadas pelo Sisu.

Por G1

A Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou na manhã desta segunda-feira (27) que ainda estuda como vai recorrer da decisão que manteve a suspensão da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), previsto para esta terça-feira (28).

De acordo com a AGU, está sendo estudado se o recurso será apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A divulgação do resultado da seleção está em disputa após o Ministério da Educação (MEC) admitir que houve erro na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.

As notas do Enem são critério para concorrer a uma das 237,1 mil vagas em universidades públicas, disputadas pelo Sisu. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a falha afetou quase 6 mil candidatos.

TRF-3 nega pedido de liminar e mantém Sisu suspenso

Na noite deste domingo (26), a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou pedido da AGU para derrubar a decisão que suspende a divulgação do Sisu.

TRF-3 nega pedido do governo e mantém suspensa divulgação do resultado do Sisu

Com a decisão do TRF-3, segue em vigor a liminar (decisão provisória) concedida pela Justiça Federal de São Paulo – que impede que os resultados sejam divulgados na terça-feira (28), data estimada pelo governo.

Para a presidente do TRF-3, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Enem, 3,9 milhões de pessoas fizeram as provas em 3 e 10 de novembro.

Erro na correção do Enem

Participantes do Enem 2019 relatam problemas na correção do exame — Foto: Reprodução/Twitter
Participantes do Enem 2019 relatam problemas na correção do exame — Foto: Reprodução/Twitter

Participantes do Enem 2019 relatam problemas na correção do exame — Foto: Reprodução/Twitter

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do instituto responsável pelo Enem, Alexandre Lopes, afirmaram no sábado (18) que houve "inconsistências" na correção dos gabaritos das provas aplicadas em 3 e 10 de novembro do ano passado.

Na segunda-feira (20), durante entrevista à imprensa, Lopes afirmou que o erro ocorreu na gráfica. Ele explicou que a gráfica imprime o caderno de questões do candidato, que é identificado com um código de barras do aluno. Depois, imprime o cartão de respostas (gabarito), que também tem um código. Outra máquina une estes dois documentos. O erro ocorreu nesta união e na geração do código de barras.

O resultado foi que candidatos que fizeram a prova de uma cor, tiveram o gabarito corrigido como se fosse de outra cor. Com a associação de respostas erradas, teve

candidato que perdeu até 454 pontos na correção, comparando com o resultado de 2018.

Erro no Enem 2019 rouba até 454 pontos de candidatos entre 2018 e 2019, veja relatos
Após erro na correção do Enem 2019, participantes temem perder vagas nas universidades federais

Segundo o governo, os erros se concentraram em provas que foram aplicadas em quatro cidades: Alagoinhas (BA); Viçosa (MG); Ituiutaba (MG) e Iturama (MG).

Problemas recorrentes

Além do erro na correção, a edição de 2019 teve também o vazamento de uma das páginas da prova durante o dia do exame, em 3 de novembro.

De acordo com o MEC, um aplicador de provas vazou a foto da folha de redação do Enem 2019 antes do final das provas. O ministro da Educação disse que o fato não interferiu no exame, porque o vazamento ocorreu quando todos os candidatos já estavam dentro das salas de aulas.

topo ↕

TNONLINE - TEMPO REAL

MEC define critérios para habilitar faculdade a ofertar cursos técnicos

O Ministério da Educação (MEC) divulga no Diário Oficial da União (DOU) os procedimentos e critérios para habilitação de Instituições Privadas de Ensino Superior (Ipes) interessadas em ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio.

A portaria com a regulamentação faz parte do Programa Novos Caminhos do MEC, lançado em outubro passado pela pasta com o objetivo de ampliar em 80% as matrículas de alunos nesses cursos - subindo de 1,9 milhão para 3,4 milhões - até 2023. O programa tem uma série de semelhanças com o Pronatec, criado pela ex-presidente Dilma Rousseff. A exemplo do programa anterior, o Novo Caminhos prevê parcerias com o Sistema S, a rede federal e faculdades privadas.

"Para fins do disposto na Portaria MEC nº 1.718, de 2019 e nesta Portaria a autorização e a habilitação a serem concedidas se darão exclusivamente para cursos técnicos de nível médio cujas denominações constem do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), sendo vedada proposta que apresente denominação experimental", cita a portaria.

A instituição interessada deve pedir autorização para oferta de curso técnico mediante pré-cadastro de curso técnico no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), exclusivamente nos seguintes períodos: de 1º de fevereiro a 1º de março, para cursos com oferta prevista para o 2º semestre do mesmo ano; de 1º a 31 de julho, para cursos com oferta prevista para o 1º semestre do ano seguinte.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub responde a pedidos de correção de notas e solicita nova análise

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, usou sua conta no Twitter para responder diretamente a usuários da rede social sobre possíveis erros de correção nas provas no Exame Nacional do Ensino Médio. Ele chegou a dizer que pediria ao presidente do

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do exame, nova análise de um dos casos.

Um usuário enviou uma mensagem ao ministro neste sábado pedindo a revisão da prova de sua filha. "Minha filha tem certeza que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? A Inês é morta? O Sisu Sistema de Seleção Unificada termina amanhã", escreveu o internauta, identificado como Carlos Santanna, que também divulgou o número de inscrição de sua filha.

Weintraub respondeu com um print de uma conversa por WhatsApp com uma pessoa identificada como "Alê" - o nome do presidente do Inep é Alexandre Lopes. O ministro pediu, nessa conversa, a revisão da prova da filha do internauta.

"Ministro, a participante teve a prova corrigida corretamente. Tudo confere. Fez a prova em Ribeirão Preto/SP. Conferido com a aplicadora. Não houve erro de associação no caso dela", responde o interlocutor, segundo a imagem divulgada pelo ministro.

Nas demais respostas ao tuíte de Weintraub, internautas reclamaram de não terem tido o mesmo "atendimento personalizado". Já outros elogiaram a atitude do ministro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Justiça mantém liminar e divulgação do resultado do Sisu continua suspensa

A Justiça manteve a liminar que suspende a divulgação dos resultados do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que teve inscrições encerradas neste domingo à noite. Na prática, a medida significa que a lista de aprovados não poderá ser divulgada na terça-feira (28), como estava previsto no cronograma.

A decisão foi tomada pela desembargadora Federal Therezinha Cazerta, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em um despacho contra os organizadores do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), ela escreveu que "o Poder Judiciário não é esteio para a solução dos problemas administrativos que o Poder Executivo enfrenta, mas garantidor de direitos, que exerce sua atribuição quando protege os indivíduos do arbítrio do Estado".

Além da palavra arbítrio, a desembargadora federal pediu transparência no Enem. Ela explicou que as razões que levaram a suspensão do Sisu na primeira instância não foram sanadas. O processo que impede a divulgação das notas começou com uma ação da DPU (Defensoria Pública da União) por causa dos 5.974 candidatos que receberam notas erradas.

A DPU alegou que a não basta corrigir a nota destes estudantes porque o resultado final depende da ponderação dos acertos de questões fáceis, médias ou difícil. As perguntas têm pesos diferentes que são ajustados conforme a quantidade de concorrentes que acertaram ou erraram cada questão. Ao mudar o gabarito de quase 6.000 alunos, o enquadramento em questão fácil, médio ou difícil pode ser alterado e influenciar a nota de todos os candidatos.

Os problemas com o Enem apareceram no final de semana dos dias 18 e 19 de janeiro, com relatos de erros nas notas nas redes sociais. O Ministério da Educação se mobilizou para consertar os gabaritos e também descobriu que o problema ocorreu na gráfica que

[imprimiu as provas.](#)

A situação gerou várias ações judiciais e a movida pela DPU suspendeu o Sisu. A Advocacia Geral da União recorreu e não conseguiu reverter a situação. Nesta segunda-feira, será avaliado que medida adotar. Existe a possibilidade de tentar derrubar a liminar no STF (Supremo Tribunal Federal).

A suspensão do Enem compromete o ministro da Educação Abraham Weintraub, que declarou repetidas vezes que o primeiro Enem sob sua gestão foi o "melhor de todos os tempos".

